



Encontro Sobre Educação Global Para Todos

Mascate, Sultanato de Omã, 12-14 de Maio de 2014

África Subsaariana Relatório de EPT de 2013

Índice

1. INTRODUÇÃO	5
2. O ESTADO DA EPT NA ÁFRICA SUBSAARIANA.....	5
OBJECTIVO 1 DA EPT: EDUCAÇÃO E CUIDADOS NA 1ª INFÂNCIA.....	7
OBJECTIVO 2 DA EPT: EDUCAÇÃO PRIMÁRIA UNIVERSAL	8
OBJECTIVOS 3 E 4 DA EPT: ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10
OBJECTIVO 5 DA EPT: PARIDADE DO GÉNERO	11
OBJECTIVO 6 DA EPT: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.....	12
OUTRAS QUESTÕES FUNDAMENTAIS.....	13
3. A ACELERAÇÃO DA EPT NA ÁFRICA SUBSAARIANA.....	14
O CONCEITO DO SALTO DECISIVO.....	15
SITUAÇÃO DO SALTO DECISIVO	17
4. A AGENDA DE EDUCAÇÃO PÓS-2015	23
CONSULTA REGIONAL DA UNESCO, DA ASS.....	23
OUTROS FÓRUNS DE CONSULTA.....	26
ANÁLISE DA EPT E REUNIÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO AFRICANOS.....	29
5. COORDENAÇÃO DA EPT NA ASS	30
COORDENAÇÃO DA EPT AO NÍVEL CONTINENTAL	30
COORDENAÇÃO AO NÍVEL REGIONAL.....	33
6. CONCLUSÃO	35
ANEXOS	37
ANEXO 1: INFORMAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE AS COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS	37
ANEXO 2: TABELA DE DADOS – INDICADORES FUNDAMENTAIS DA EPT	39
ANEXO 3: RECOMMANDAÇÃO DE LUANDA	46
ANEXO 4: SITUAÇÃO DA EPT NA ASS, PRIORIDADES DE ACELERAÇÃO E VISÕES PÓS-2015 AO NÍVEL DA CER	51
REFERÊNCIAS	56

Lista de Acrónimos

ACALAN	Academia Africana de Línguas
ADEA	Associação para o Desenvolvimento da Educação em África
AIGD	Autoridade Intergovernamental de Desenvolvimento
ANCEFA	Campanha da Rede Africana para a Educação para Todo
ASS	África Subsaariana
AUF	Agência Universitária da Francofonia
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAMES	Conselho Africano e de Madagáscar do Ensino Superior
CAO	Comunidade da África Oriental
CD	Comité Director
CDAA	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
CDAAQQR	Quadro de Qualificação Regional da CDAA
CEAO	Comissão de Examinação da África Ocidental
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CER	Comunidade Económica Regional
CIEFFA	Centro Internacional para a Educação das Raparigas e Mulheres em Africa
CONFEMEN	Conferência dos Ministros da Educação dos Estados e Governos Francófonos
CUA	Comissão da União Africana
EAD	Ensino aberto e à distância
ECPI	Educação e Cuidados na Primeira Infância
EFTP	Educação e Formação Técnica e Profissional
EHRSC	Sub-Grupo de Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos
EPT	Educação para Todos
EPU	Educação Primária Universal
ETIA	Equipa de Trabalho Inter-Agências
FAWE	Fórum de Mulheres Africanas Educadoras
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FNUAP	Fundodas Nações Unidas para Actividades Populacionais
GEM	Encontro Mundial sobre a Educação Para Todos
ICAE	Conselho Internacional para a Educação Adulta
IICBA	Instituto Internacional para a Capacitação em África
IIPE	Instituto Internacional para o Planeamento Educacional
IPG	Índice da Paridade do Género
ISU	Instituto de Estatísticas da UNESCO
M&A	Monitoria e Avaliação
MCR	Mecanismo de Coordenação Regional
MdE	Ministério da Educação
NQEP	Núcleo de Qualidade Entre Países

NU	Nações Unidas
OCHA	Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas
ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PAC	Posição Comum Africana
PACTED	Conferência Panafricana sobre a Educação e Desenvolvimento de Professores
PAP	Parlamento Panafricano
PASEC	Programa de Análise dos Sistemas Educativos da CONFEMEN
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSGSE	Políticas Sectoriais e Gestão dos Sistemas Educativos
QAO	Quadro de Aceleração dos ODM
QQN	Quadro de Qualificação Nacional
QQR	Quadro de Qualificação Regional
RAP	Rácio Aluno/Professor
RAS	República da África do Sul
RCA	República Central Africana
RDC	República Democrática do Congo
RMG	Relatório sobre a Monitorização Global
SACMEQ	Consórcio da África Austral e Oriental para a Monitorização da Qualidade Educacional
SIGE	Sistemas de Informação para a Gestão da Educação
TBI	Taxa Bruta de Ingresso
TCP	Taxa de Conclusão Primária
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UA	União Africana
UA-HRST	Comissão dos Recursos Humanos, Ciências e Tecnologia da União Africana
UA PAC	Estudo da Posição Comum da União Africana sobre os Objectivos de Desenvolvimento Pós-2015
UAT	Universidade Aberta de Tanzania
UIL	Instituto de Aprendizagem ao Longo da Vida da UNESCO
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNWOMEN	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e a Autonomia das Mulheres

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório concentra-se em dois processos principais que foram iniciados na África Subsaariana (ASS) em 2013: A Iniciativa de Aceleração de EPT/o Salto Decisivo e a Agenda da Educação Pós-2015. O relatório sobre o debate Pós-2015 examinará os resultados de diferentes fóruns, tanto das contribuições das NU como das intergovernamentais e não-governamentais.

O relatório começa com uma visão geral da EPT em África¹ concentrando-se nas disparidades regionais na África Subsaariana, ao nível das Comunidades Económicas Regionais (CER). O segundo capítulo apresenta uma descrição da Aceleração da EPT e das lições aprendidas na ASS. Em seguida apresentam-se as discussões e conclusões Pós-2015. O capítulo final é dedicado ao mecanismo de coordenação da EPT, reflectindo sobre os exercícios de articulação e coordenação realizados na área de EPT na região da ASS em geral e nas CER sem particular. Será dada especial atenção aos resultados alcançados, aos desafios e às oportunidades.

A situação da EPT no continente é amplamente informada pelo relatório da ASS de 2012, visto que não houve alteração significativa dos dados, ao nível das Comunidades Económicas Regionais, durante o período².

2. O ESTADO DA EPT NA ÁFRICA SUBSAARIANA

Desde o Fórum Mundial de Educação de Dacar, em 2000, fizeram-se progressos significativos na ASS face à realização dos seis objectivos de EPT: a rápida expansão das taxas de escolarização primária, até certo ponto; a melhoria significativa na paridade de género. No entanto, está provado que a maioria dos países da ASS não irá atingir seis metas de EPT até 2015. Somente as Seicheles conseguiram atingir a educação para todos; 31 países são susceptíveis de atingirem seis metas depois de 2020. Em 22 países (metade de todos os países da ASS que possuem dados), os desafios são muitos.

Para o acesso:

- O ciclo primário é completado por menos de 70 por cento das crianças em idade escolar primária,

¹Uma actualização sobre o estado da EPT na ASS será fornecida no Relatório de Avaliação da EPT na ASS, que deverá sair em Setembro de 2014.

²Prevê-se que a maior parte do progresso obtido em tal curto prazo, seja, provavelmente, anulada pelo crescimento demográfico.

- 31 milhões de crianças estão fora da escola, dos quais 53% são raparigas,
- 22 milhões de jovens estão fora da escola,
- 182 milhões de adultos são analfabetos.

Índice de desenvolvimento de EPT, países da ASS, 2008³

Elevado (EPT atingida)	Médio (EPT atingível antes de 2015)	Baixo (EPT susceptível de ser atingida depois de 2020)		
1 país (TCP>100%)	12 países (TCP>90%)	31 países		
		(TCP: 90-70%)	(TCP: 70-50%)	(TCP<50%)
Seicheles*	Botsuana; Cabo-Verde; Gabão*; Gana; <u>Quênia</u> ; Maurícias; Namíbia; São Tomé e Príncipe; África do Sul*; <u>Suazilândia</u> ; Tanzânia*; <u>Zâmbia</u>	<u>Camarões</u> ; Comores*; Congo*; Etiópia; <u>Gâmbia</u> ; <u>Madagáscar</u> ; Nigéria*; <u>Serra Leoa</u> *; <u>Togo</u>	Benim; Burundi; <u>Costa do Marfim</u> *; <u>RDC</u> *; Guiné Equatorial*; Guiné; Guiné Bissau*; <u>Lesoto</u> ; <u>Libéria</u> *; Malawi; Mali; Moçambique; <u>Ruanda</u> *; <u>Senegal</u> ; <u>Uganda</u>	<u>Angola</u> *; <u>Burkina Faso</u> ; RCA; <u>Chade</u> *; Jibuti; Eritreia; <u>Níger</u>

Fonte: Relatório de Monitorização Global de EPT de 2011, UIS, 2012 e Relatório Subsaariano de 2012.

Nota: O Índice de Desenvolvimento da EPT é calculado com base em quatro indicadores-chave de monitorização da EPT, e fornece uma indicação da probabilidade de concretização dos objectivos da EPT até 2015. A taxa de conclusão do ensino primário (TCP) é adicionada para uma maior diferenciação entre as situações dos países, para 2011 ou para o ano mais recente.

*Estimativas dos autores, em que o Índice de Desenvolvimento da EPT não é calculado devido à falta de dados.

Na área da Qualidade identificaram-se as dificuldades que se seguem:

- As taxas de conclusão do ensino primário são baixas (a sobrevivência da primária é de apenas 62 por cento, em média, em 2010/2011) e, portanto, também a transição para o ensino secundário,
- Qualidade do ensino,
- Contributos do ensino e da aprendizagem e resultados da aprendizagem,
- Eficácias internas – elevadas taxas de repetição (13,4 por cento em 2010/2011),
- Desenvolvimento inadequado de competências relevantes para o emprego, para o desenvolvimento sustentável e para a cidadania.

As dificuldades em termos de Equidade incluem:

- Acesso limitado para crianças com necessidades especiais,
- Orientação inadequada para as crianças, jovens e adultos nas áreas rurais, bem como nas áreas semiurbanas,

³ Os países sublinhados registaram-se no Salto Decisivo.

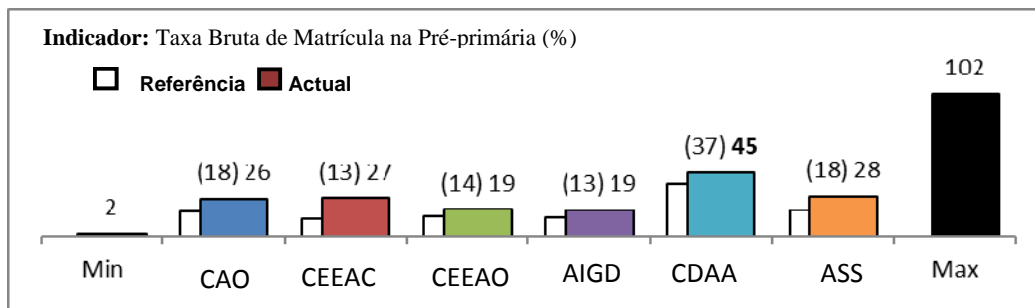
- Negligênciadadas minorias/população marginalizada(em particular grupos nómadase pastoris, pescadores),
- Baixoacessodasraparigas e mulheresà educação, resultando em elevados níveis de analfabetismo mono seio desta população.

Abaixo, apresenta-se a situação de cada um dos objectivos.

Objectivo 1 da EPT: Educação e Cuidados na 1ª Infância

O progresso na Educação e Cuidados da 1ª Infância na África Subsaariana tem sido bastante modesto. A taxa bruta de ingresso (TBI) na educação pré-escolar aumentou uns escassos 10% em dez anos, de 18 % em 2000 para 28% em 2010, colocando a ASS atrás de todas as outras regiões. No entanto, existem variações significativas dentro das regiões da ASS, tal como se ilustra no gráfico abaixo. A CDAA, com uma média de 45% de matrículas, tem quase o dobro do número de crianças matriculadas no ensino pré-primário do que qualquer outra região, a AIGD e a CEEAO reportaram um nível de apenas 19% de matrículas. O progresso na região central da África tem sido, porém, o mais elevado do continente, enquanto os países da África Ocidental e no Corno de África apresentam um progresso mais tímido, com um escasso aumento de apenas 5 a 6%, respectivamente, nos primeiros 10 anos do período de EPT. Também existe uma grande variação nas regiões: na CEEAC, S. Tomé e Príncipe apresenta um impressionante aumento de 35%, atingindo um progresso de quase 62%, seguido pela Guiné Equatorial, com cerca de 55%. No CAO, os níveis são particularmente elevados no Quênia, acima dos 50%, e aumentando progressivamente noutros países. As Seicheles mantiveram a matrícula total durante o período (101,5 %). Na CEEAO, Cabo Verde e Gana também fizeram um progresso considerável, pontuando cada um quase 70%, em que o último mostra um aumento notável de 38%. Na AIGD, à excepção do Quênia, o progresso tem sido muito lento, com o Uganda e a Eritreia a apresentarem as segundas médias mais elevadas na região, abaixo de 14%.

Progresso de ECPI



Fonte: Relatório de Progresso de EPT na ASS, 2012, UNESCO BREDIA

Objectivo 2 da EPT: Educação Primária Universal

A Educação Primária Universal (EPU) é a área onde se têm atingido mais progressos significativos na África Subsaariana (ASS). No entanto, apesar da forte expansão, a região ainda está longe de atingir este objectivo. As taxas de conclusão do ensino primário tiveram uma melhoria de 58 para 70%. Como tal, a ASS ainda é a região com atraso, com mais de 30 milhões de crianças fora da escola.

Mais uma vez, existem várias diferenças significativas entre e dentro das regiões. A CDAА está à frente, com uma média de 84% das crianças em idade escolar a completarem o ciclo primário (bem acima da média dos 70% da ASS). A Zâmbia, Botsuana e as Maurícias conseguiram praticamente atingir a EPU (com taxas de conclusão acima dos 96%), enquanto, em Angola, são menos de 50% as crianças em idade escolar que completam o ciclo primário.

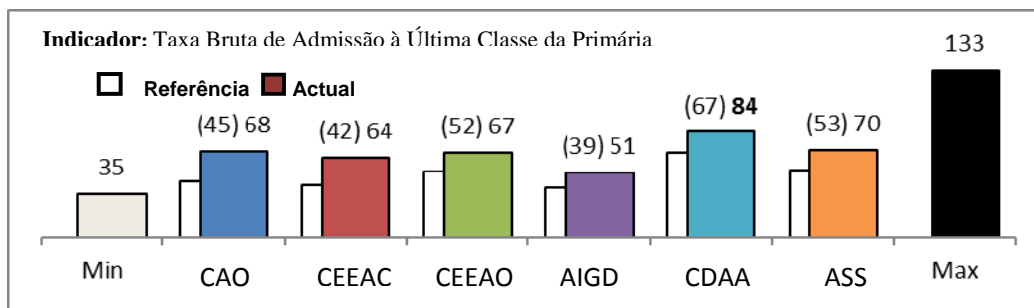
Na CAO o progresso teve um aumento geral de 50%. No entanto, as disparidades entre os países também são dignas de nota: enquanto 89% das crianças da Tanzânia completam a escola primária, no Uganda, a taxa caiu para 57%.

Os países membros da CEEAO e da AIGD também realizaram progressos consideráveis na consecução da EPU (a percentagem de crianças que completam o ciclo aumentou de 52% para 67% e de 39% para 51%, respectivamente, durante o período de 2002-11). No entanto, na CEEA mais de 30% não completam o ciclo, à excepção de Cabo Verde e do Gana (mais de 90%) e do Burkina Faso e Níger (mais de 50%).

Na AIGD, a região com a média mais baixa (apenas 51%), a conclusão do ensino primário é particularmente preocupante no Djibuti e na Eritreia, onde, em média, menos de 40% das crianças completam o ciclo primário.

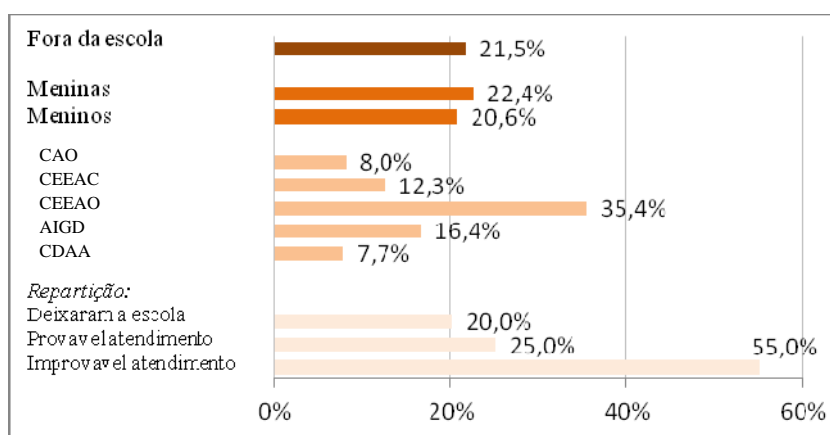
Na CEEAC as taxas, geralmente, variam de 34% para 55%, mas a conclusão primária apenas se encontra acima dos 70% nos Camarões, Congo e São Tomé e, no Chade, situa-se apenas nos 34%.

Progresso da EPU



Este progresso global encontra-se reflectido na proporção de crianças fora da escola. Tanto na CAO como na CDAA, a redução foi dramática. A taxa média para a África Oriental teve uma queda de 32% para 8%, no período 2002-11, tornando o acesso à educação primária quase universal. A percentagem na CDAA, nos 6%, é a mais baixa de qualquer uma das sub-regiões da África, encontrando-se bem abaixo da média de 21,5% na ASS, e sublinhando o progresso considerável desde 2002, quando era de 20%.

Números Médios das Crianças em Idade Escolar no Ensino Primário Fora da Escola



Fonte: Relatório da ASS de 2012: UIS, 2012 e cálculos dos autores.

A CEEAC e a AIGD enfrentam desafios mais sérios, com respectivamente 12% e 16% das suas crianças em idade escolar primária fora da escola. A situação é ainda mais alarmante na CEEAO⁴, onde as crianças que não vão à escola representam mais de um terço das crianças em idade escolar da ASS (e 40% de raparigas). De facto, o progresso ao longo da década tem sido marginal, quando comparado com a região da ASS como um todo (a taxa sofreu uma queda de apenas 3 pontos percentuais na CEEAO, contra 13 pontos percentuais para a ASS).

Para tornar a EPU uma realidade, a dificuldade mantém-se em matricular os relevantes 2 milhões de crianças no ensino primário na CAO, 2,5 milhões na CEEAC, mais de 17 milhões na África Ocidental, quase 6 milhões na AIGD e 2,8 milhões na CDAA, tendo em conta, inclusivamente, a forte pressão demográfica e considerando as características socioeconómicas da população (em média, 62% é rural e a pobreza, que se sabe ter um impacto significativo sobre os factores do lado da procura, e que é generalizada).

⁴ Grande parte das crianças fora da escola encontra-se na Nigéria, onde 10.1 milhões de crianças não frequentam a escola (Nigéria, perfil de EPT, UNESCO BRED 2012).

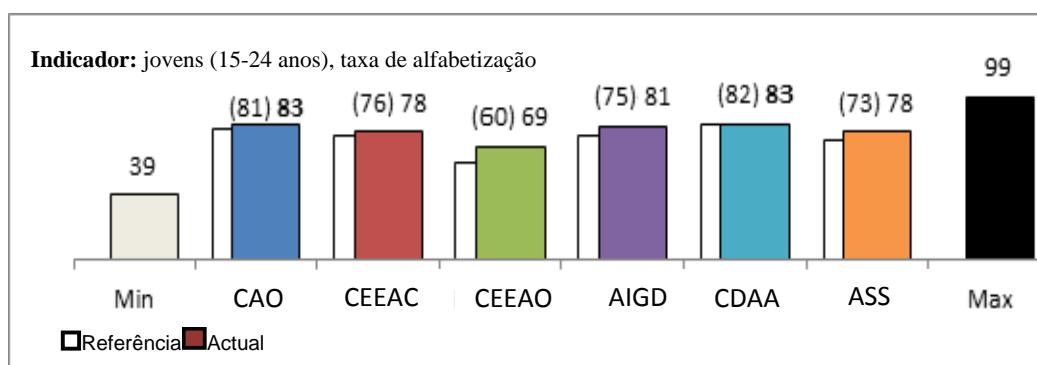
As variações por país são de novo consideráveis: na CDAA, por exemplo, enquanto apenas cerca de 2% das crianças em idade escolar no ensino primário se encontravam fora da escola no Malawi e na Tanzânia, mais de 10% encontram-se fora da escola em seis outros países (26% para a RDC). Na CEEAO, enquanto a taxa do Benim, Cabo Verde e Togo é de apenas 6%, em todos os outros países é superior a 15%, e no Burkina Faso, Costa do Marfim, Níger e Nigéria situa-se acima dos 36%. E na CEEAC a taxa varia, de 2% em São Tomé, para uma taxa assustadora de 44% na Guiné Equatorial.

As médias também encerram disparidades de género significativas. Na CEEAC por exemplo, a taxa de crianças de fora de escola para as raparigas é o dobro da taxa geral, nos 21% e, para a região da CDAA no seu todo, sabe-se que 56% são raparigas.

Objectivos 3 e 4 da EPT: Alfabetização de Jovens e Adultos

A alfabetização de jovens e adultos é uma das áreas na ASS onde se registaram menos progresso. As taxas encontram-se relativamente estagnadas na CAO, CEEAC e CDAA, para a juventude e, em menor escala, para os adultos. A região da CEEAO apresenta os maiores desafios, pois apresenta algumas das taxas médias mais baixas (apenas 69% para jovens e 52% para adultos), bem abaixo das respectivas médias da ASS (73% e 67%). Em quatro países⁵ quase menos de 60% da população adulta é alfabetizada. É também a única CER onde a maioria dos analfabetos são do sexo feminino e mulheres jovens. Em sete países da CEEAO, menos de 70% dos jovens sabem ler e escrever correctamente.

Taxas de alfabetização de Jovens e Adultos



Em termos de conclusão do ensino secundário, a ASS registou um ligeiro aumento de 4 por cento na taxa média ao longo do período, o que indica que quase 35 por cento dos jovens de África não têm as competências básicas necessárias para evitar uma recaída no

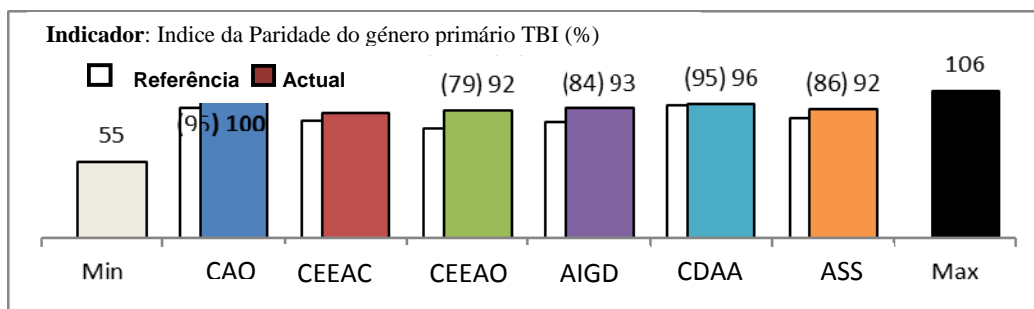
⁵ Do menor para o maior: Burkina Faso, Mali, Benim e Serra Leoa.

analfabetismo ou para desempenhar uma tarefa. A África Ocidental encontra-se particularmente atrasada, acolhendo cinco dos seis países com taxas inferiores a 60 por cento⁶ e com uma média de apenas 44 por cento entre os países da CEEAO. Tanto as taxas de alfabetização dos jovens como as dos adultos, na CDAA, são geralmente mais elevadas do que nas outras regiões e situam-se 10 a 15% acima da média da ASS enquanto, na AIGD, a média está em linha com a da ASS. A Etiópia, no entanto, está ainda muito aquém, com taxas de alfabetização de 50% e 39% para jovens e adultos, respectivamente.

Objectivo 5 da EPT: Paridade do Género

A paridade do género nas matrículas no ensino primário foi atingida por todos os cinco países da CAO em 2010. O índice da paridade do género é geralmente elevado na CDAA (97% para 11 países), e é agora uma realidade em Madagáscar, Malawi, nas Maurícias, na Namíbia, nas Seicheles, na Tanzânia e na Zâmbia, com muitos países a pouca distância. A participação feminina no ensino primário, na AIGD e CEEAO, está em linha com a média da ASS, em cerca de 92%, com a CEEAO a apresentar o maior progresso de todas as regiões (acima dos 79%).

Paridade do Género no Ensino Primário



Apesar deste avanço, 5 países⁷ da CEEAO ainda precisam de colmatar uma lacuna de, pelo menos, 0,30, na disparidade do género.

A região da CEEAC enfrenta o maior desafio de todas as regiões. De facto, os níveis de paridade do género incluem alguns dos mais baixos do continente, em particular para a RCA e o Chade (GPI em torno de 0,73). Embora o Burundi, a Guiné Equatorial, o Gabão e São Tomé se encontrem próximos da paridade de género, o índice é inferior a 0,85 para a maioria dos países. No entanto, a alfabetização feminina está a ter um crescimento mais rápido na região, a uma taxa de 3,8% para os adultos, e mais rápido do que a alfabetização masculina para os jovens (ADEA).

⁶ Do menor para o maior: Burkina Faso, Mali, Chade, Benim, Etiópia e Serra Leoa.

⁷ Da maior para a menor lacuna na paridade de género: Mali, Benim, Guiné, Níger e Costa do Marfim.

Para a Região da ASS como um todo, embora se consiga observar um progresso geral no ciclo primário, o maior desafio revela-se na transição das raparigas para os níveis secundários e na sua retenção nestes níveis.

Objectivo 6 da EPT: Qualidade da Educação

A qualidade na educação é determinada por vários factores, e um factor vital está ligado ao próprio ensino. Há dois importantes indicadores de ensino que têm um impacto no processo de aprendizagem: o rácio alunos/professor (RAP), referindo-se à disponibilidade de professores e a percentagem de professores formados, referindo-se às qualificações dos professores.

O RAP no ensino primário na ASS tem conhecido um ligeiro decréscimo em todas as regiões, durante os últimos 10 anos. No entanto, as taxas mantêm-se entre as mais elevadas do mundo. Dezassete (17) países da ASS tiveram mais de 40 alunos por professor. Portanto a superlotação continua a ser um problema, em particular para o Ruanda, Malawi e a RCA, onde o número médio de alunos por sala de aula é superior a 70. As projecções do Relatório de Monitorização Global da EPT indicam que, de 2011 a 2015, são necessários 212 mil professores adicionais por ano na ASS, ou seja, um aumento de 57% no recrutamento de professores, para colmatar a lacuna no continente (GMR 2014).

Rácio Geral de Alunos – Professor, nas ASS

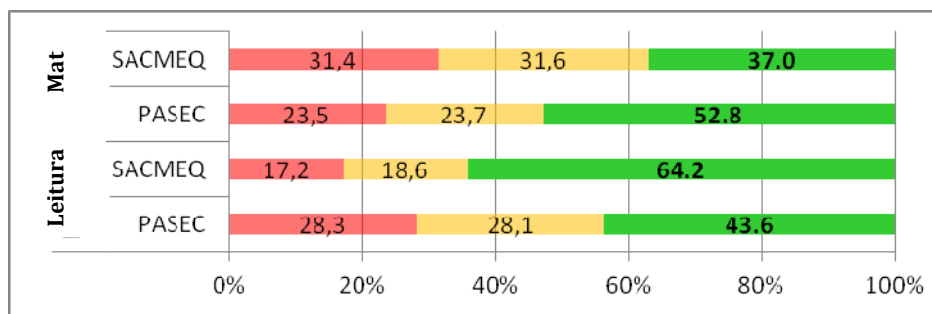
(RAP: <30)	(RAP: 30 -40)	(RAP: 40-50)	(RAP: 50-70)	(RAP: >70)
Seicheles Maurícias Gabão Guiné Equatorial S. Tomé & Príncipe Botsuana Cabo Verde Comores Libéria		Quénia Benim Togo Burkina Faso Guiné Bissau Mali	Tanzânia Uganda Burundi Camarões Chade Congo Moçambique Zâmbia	Ruanda Malawi RCA

A qualificação dos professores é outro factor determinante da qualidade. A falta de dados não permite efectuar uma análise aprofundada do estado em que se encontra a qualificação dos professores em África. Mas, no geral, pode-se dizer que muitos países recorreram ao recrutamento de professores não qualificados para satisfazer a procura de professores.

Outros recursos educativos são, muitas vezes, inferiores às normas. A indisponibilidade de livros atinge níveis particularmente preocupantes na CEEAC, onde mais de quatro alunos partilham o mesmo livro. Em todo o continente, são muito poucos os países que fornecem a quase todos os alunos, tanto um livro de leitura como um livro de matemática.

Os resultados de aprendizagem permanecem geralmente baixos. Um aumento global na abrangência afectou, provavelmente, o nível de qualidade da aprendizagem. Na CDAA, o nível de alunos da 6ª classe do ensino primário que atingiram o nível mínimo exigido pelo SACMEQ, foi apenas de 63,7% na leitura e somente 35,9% na matemática, enquanto apenas 35,0% dos alunos da 5ª classe do ensino primário na CEEAO atingiram o nível mínimo do PASEC na leitura e 42,6% na matemática. Os resultados da aprendizagem encontram-se acima da média nos países da CEEAC, com base naqueles que participaram nas avaliações do PASEC, especialmente na matemática, bem como na CAO, especialmente no que diz respeito aos resultados da leitura.

Percentagem de Alunos que Atingem o Nível Mínimo de Aprendizagem nas Avaliações Internacionais



Fonte: PASEC, SACMEQ.

Nota: A pontuação mínima (obtida pela percentagem de alunos destacados a verde) é de 40% para o PASEC e nível IV para o SACMEQ; as pontuações limite (cor âmbar) são 25-40% para o PASEC e nível III para o SACMEQ, equivalente a 4/10.

Outras Questões Fundamentais

É necessário o fornecimento de recursos adequados (financeiros, técnicos, do meio ambiente e materiais) para todos os níveis do sector da educação, para garantir a consecução de um EPT de boa qualidade. O nível de **fundos** públicos atribuídos pelos países da CAO à educação é geralmente elevado e bastante homogéneo. Para a AIGD, embora muito poucos países tenham dados para calcular a média, o compromisso financeiro daqueles que os têm, é bom (21% no Quénia e mais de 30% na Etiópia). Os Estados-Membros da CEEAO geralmente atribuem uma maior parte do seu orçamento corrente à educação (24,7%) do que a média da ASS (22,4%). Apesar dos investimentos serem mais elevados, os resultados são geralmente inferiores, o que sugere que, para se formularem recomendações políticas adequadas, é necessária uma análise mais aprofundada à eficiência no uso dos recursos públicos mais os factores culturais. A Libéria é o único país da CEEAO que aloca menos de 20%, (apenas 12%).

Na CDAA, por outro lado, o compromisso orçamental para a educação é ligeiramente inferior à média da ASS para a região como um todo, apesar de ter melhorado, na maioria dos países, durante o período 2002-11. As taxas variam consideravelmente, entre Angola, a RDC e as Maurícias (11-13 %) e o Botsuana, Lesoto, Madagáscar e Suazilândia, que atribuem mais de 20% do seu orçamento corrente para o sector. Finalmente, para aqueles Estados membro da CEEAC que forneceram dados, o financiamento do sector é geralmente insuficiente (em média, 16,4 % para os países com orçamentos correntes e, em alguns casos, um nível muito baixo (na RCA, Chade e na República Democrática do Congo encontra-se abaixo dos 13%).

A EFTP poderia ser reforçada na maioria das CER para contribuir para o desenvolvimento socioeconómico. O subsector encontra-se bastante desenvolvido nos países da CEEAC (representando mais de 34% do nível secundário superior) mas, geralmente, representa uma proporção muito pequena de todos os programas disponíveis no ensino secundário, e muitas vezes, não tem relevância para a procura de competências do mercado de trabalho. A participação feminina em particular, continua a ser bastante fraca.

Inscrição na EFTP em Termos de Percentagem do Ensino Secundário Superior (Valores médios ponderados) de 2011 ou do ano mais recente

CAO	CEEAC	CEEAO	AIGD	CDAA	ASS
6.7%	34.1%	4.4%	13.6%	20.7%	13.2%

Fonte: Relatório de EPT das ASS de 2012

Embora a taxa de prevalência do HIV&SIDA tenha tido uma queda, de 6% em 2010 para 4,7% em 2012 (Relatório Global da ONUSIDA, de 2013), a epidemia continua a constituir um desafio significativo para a educação na região, contribuindo para o absentismo e o desgaste dos professores, aumentando o risco de abandono e de baixo desempenho das crianças órfãs e vulneráveis. Em 2012, 25 dos 35,3 milhões de adultos (71%) e 2,9 dos 3,3 milhões de crianças (88%) em todo o mundo reportados como estando infectados com o HIV, encontravam-se na África Subsaariana. A situação é particularmente grave na África Austral, onde a taxa é superior a 12%.

3. A ACELERAÇÃO DA EPT NA ÁFRICA SUBSAARIANA

A avaliação da EPT de 2012 mostrou que, apesar do grande progresso alcançado pela maioria dos países africanos para os quais havia dados disponíveis, seriam muito poucos aqueles que iriam provavelmente atingir os objectivos da EPT até à data alvo de 2015.

A apenas 2 anos de distância de 2015, a questão que se coloca é a utilidade de um esforço adicional para atingir os objectivos da EPT. Esta pergunta foi colocada através de um

questionário a todos os Ministérios da Educação na ASS, de novo, durante a primeira Reunião Regional sobre a EPT na ASS (Joanesburgo, em Outubro de 2012).⁸ A Reunião contou também com a presença de representantes das Agências das NU, Organizações Intergovernamentais e Organizações da Sociedade Civil (OSCs).⁹ Tanto nas respostas aos questionários, como da parte dos participantes, houve unanimidade quanto à necessidade e urgência de elaborar um exercício para acelerar a EPT, tanto ao nível nacional como ao nível regional, antes de 2015. Este consenso levou ao movimento do Salto Decisivo para acelerar a EPT em África.

O Conceito do Salto Decisivo

Desenvolveu-se uma metodologia para identificar as áreas prioritárias de acção, com base na abordagem da análise dos obstáculos, utilizada pelo QAO (Quadro de Aceleração dos Objectivos do Milénio).¹⁰ A metodologia foi testada e muito apreciada na reunião de Joanesburgo.

Além disso, a Declaração do GEM (Novembro de 2012) sublinhou a necessidade de os países se envolverem nos esforços de aceleração e apelou ao apoio dos Parceiros da Educação.

Em Dezembro de 2012, o Escritório da UNESCO BREDÁ elaborou um documento de síntese para a Aceleração da EPT na ASS e uma série de países ofereceram-se para participar na iniciativa e no processo do Salto Decisivo. A limitação em termos de tempo e de recursos obrigou a que isto fosse feito numa modalidade em cascata, em que isto seria iniciado por um primeiro conjunto de países, a que se seguiria uma expansão para mais 10 países, seis meses depois. O objectivo era permitir um rápido processo de aprendizagem para compensar a falta de tempo.

Elaboraram-se directrizes¹¹ para a implementação, com 5 elementos centrais para a Aceleração: *liderança nacional, advocacia e mobilização ao nível do país, enfoque estratégico numa série de objectivos prioritários da EPT, parceria e mobilização de recursos e comunicação eficaz.*

⁸ 37 países responderam ao Questionário e 35 países estiveram representados a alto nível nesta Reunião.

⁹ Agências das NU: UNESCO, UNICEF, FNUAPE/OIT; IGO: UA-HRST Education Division, PAP, CONFEMEN; ONG& CSO: ACALAN, ADEA, ANCEFA, Education International Africa, FAWE, ICAEA, OSISA, Plan International; Sector Privado: Microsoft Africa. Para além destes, a reunião também contou com a participação de um representante do Grupo de Alto Nível das Nu.

¹⁰ O QAO foi desenvolvido pela PNUD e endossado pelo Grupo de Desenvolvimento das NU (UNDG).

¹¹ Directrizes desenvolvidas pela Comissão Directiva da EPT da ASS, veja abaixo no relatório sobre a Coordenação da EPT.

A liderança nacional

O Salto Decisivo é uma iniciativa nacional liderada pelo Ministério da Educação (ME) e sob a tutela directa do próprio Ministro da Educação. A este respeito, o Ministro da Educação de cada país participante manifestou o seu empenho pessoal na prossecução da iniciativa do Salto Decisivo no seu país. Este compromisso formal era um pré-requisito para a inscrição no Salto Decisivo. Cada país tinha o seu Ponto Focal e coordenador Nacional para a EPT. Na maioria dos países, formou-se uma comissão que é coordenada pelo Ponto Focal e presidida pelo Secretário Permanente ou pelo Director de Planeamento. Em alguns casos presta informações a um nível superior. Em Angola, por exemplo, reporta directamente ao Secretário de Estado do Ensino Básico. O patrocínio também é a alto nível: em Angola é o Presidente da República e na Suazilândia o Primeiro-Ministro.

Em alguns países, a Comissão Técnica é composta por representantes de outros Ministérios, dependendo das prioridades identificadas.¹²

Advocacia e mobilização ao nível do país

Para mobilizar apoio ao nível nacional e parcerias a todos os níveis, a advocacia e a comunicação são elementos fundamentais para o quadro da Aceleração da EPT. Um dos principais desafios que tem contribuído para a lentidão do progresso na área da EPT tem sido a fraca advocacia no sentido de gerar vontade política suficiente, garantir a participação activa das partes interessadas e as atribuições financeiras adequadas, tanto em termos de recursos externos como internos, para fazer avançar os objectivos da EPT. Visto que muitos MoEs não estão bem familiarizados com esta área, é essencial contar com o saber-fazer e a experiência das organizações da sociedade civil. As directrizes também assentam nestas experiências, fornecendo ferramentas úteis para a análise sólida das partes interessadas.

O enfoque estratégico

O prazo de dois anos é demasiado curto para resolver completamente as lacunas da EPT dos países. Daí que a palavra-chave seja a priorização. O Plano de Aceleração da EPT é o documento que capta a selecção do Objectivo da EPT em que o país se pretende concentrar e assenta nas intervenções estratégicas que serão realizadas para atingir os objectivos de aceleração exigidos. O Plano visa reforçar o Plano Nacional existente, conferindo-lhe um valor acrescentado através de um rigoroso exercício de priorização, recorrendo à metodologia de análise de obstáculos para seleccionar acções estratégicas previstas para terem um impacto elevado e imediato, tendo em consideração as necessidades específicas de determinadas áreas geográficas ou grupos populacionais. As directrizes assentam

¹² No caso de Angola, a Comissão inclui quadros do Ministério da Mulher e da Acção Social e do Ministério do Trabalho.

essencialmente no modo de efectuar análises dos recursos e, finalmente, reúnem quadros de monitorização e a avaliação para garantir a boa gestão do quadro de aceleração.

Parceria e Mobilização de Recursos

As tendências actuais no declínio da ajuda fazem com que seja cada vez mais essencial uma reflexão sobre formas alternativas de financiamento da educação, afastando-se da dependência dos subsídios no sentido de desenvolver círculos nacionais com base na mobilização de apoio local. A redução dos recursos é exacerbada pela necessidade de competir com outros sectores pela atribuição de recursos. Daí que seja necessária uma maior eficácia e que o planeamento da mobilização dos recursos necessite de se tornar uma parte integrante do sistema de gestão de qualquer Ministério da Educação (MoE). No entanto, são poucos os países que dispõem de uma estratégia abrangente para a mobilização de recursos. As intervenções tendem a ser orientadas pelos doadores em vez de estarem ligadas a fundos de doadores específicos prejudicando, assim, as prioridades nacionais. O sucesso de uma Aceleração da EPTpaASSrá por encontrar formas e meios para financiar e implementar as prioridades identificadas. O plano de mobilização de recursos e parcerias é a ferramenta que se destina a ajudar a direccionar e a gerir os esforços realizados para identificar os recursos complementares necessários para o Salto Decisivo.

Comunicação

Embora a comunicação devesse ser, de preferência, um elemento-chave do programa de qualquer organização, o seu papel estratégico não é, normalmente, suficientemente reconhecido ou valorizado. Isto acontece muitas vezes com a maioria dos MoE na ASS. Como os recursos são escassos e os países se confrontam com áreas concorrentes em termos de atenção e apoio, a garantia da continuidade de apoio por parte da sociedade e dos seus principais atores para o Salto Decisivo exige uma comunicação sistemática e regular, sobre as necessidades, os progressos, as conquistas e os desafios da iniciativa.

Os cinco elementos constituem o Quadro de Aceleração da EPT e, embora os países sejam livres para determinar quais os elementos em que se devem concentrar, juntos, eles formam um todo coerente que aumenta o sucesso de qualquer iniciativa de aceleração.

Situação do Salto Decisivo

Em Março de 2013, foi lançada a Iniciativa do Salto Decisivo em África pelo Director-Geral, a Sra. Irina Bokova, na presença do assistente para o DG para África, a Sra. Lalla Aicha Ben Barka, a Coordenadora Residente das Nações Unidas, a Sra. Bintou Djibo e vários funcionários do governo de Dakar e os participantes dos países da primeira fase e os

parceiros, no Escritório da UNESCO em Dakar.¹³ O lançamento foi combinado com uma acção de formação em matéria do desenvolvimento do Quadro da Aceleração da EPT, através de exercícios de simulação em que participaram tanto o Governo como as Agências e as ONG activas na realização da EPT.

A primeira reunião do Salto Decisivo

Angola, Chade, Costa do Marfim, Lesoto, Níger, Senegal, Suazilândia e Zâmbia¹⁴ foram os primeiros países do Salto Decisivo. Os países aprovaram um roteiro para a fase de introdução e um Plano de Monitorização e o Governo de Angola organizou o 2º Encontro Regional do Salto Decisivo.

Vários países já solicitaram e receberam apoio técnico adicional, como é o caso de Angola, Lesoto, Níger, Suazilândia e a Zâmbia. Estes países fizeram o lançamento dos seus exercícios de aceleração, envolvendo parceiros nacionais da educação e elaboraram o processo para a implementação do Plano de Aceleração nacional. Enquanto a maioria dos países se concentrou em um ou dois objectivos da EPT, Angola e o Senegal optaram por se concentrar em todos os objectivos da EPT. Angola incluiu também o HIV&SIDA e o desenvolvimento de SIGENos objectivos prioritários. O Senegal beneficiou de fundos do GPE e Angola aumentou os seus próprios recursos internos para a implementação.

A falta de recursos impediu o alargamento da assistência técnica a outros países. Na África do Sul, o apoio financeiro da OSISA foi fundamental para a provisão do apoio técnico solicitado. No caso de Angola, o país financiou a viagem e o alojamento de especialistas da UNESCO na área da educação, provenientes de vários escritórios em África e de institutos da UNESCO (UIL, UIS e IICBA). Todos os países fizeram alguns esforços para respeitar os prazos acordados no roteiro. Os países que não precisaram de apoio adicional pareceram, no entanto, estar atrasados em termos tanto do lançamento nacional como da elaboração do seu quadro de aceleração.

A segunda reunião do Salto Decisivo

Em Outubro de 2013 teve lugar uma segunda reunião regional em Luanda, organizada pelo Ministério da Educação de Angola. Dezassete países participaram no evento. O encontro foi dividido em dois segmentos: uma reunião técnica e um segmento ministerial. O primeiro segmento envolveu funcionários de alto nível e permitiu que o primeiro grupo de países informasse acerca do seu progresso, reflectindo sobre as realizações, os desafios, as

¹³ O Salto Decisivo foi organizado em conjunto com a Consulta Global sobre a Agenda de Educação Pós-2015 que se realizou em Dakar.

¹⁴ Uma consideração equilibrada de representação de países por grupo linguístico, por CER e pelas diferentes categorias do Índice da EPT conduziu à selecção final dos países. A ADEA, ANCEFA, FAWA, OSISA, CONFEMEN, UNICEF e UNFPA participaram no exercício.

oportunidades e as lições aprendidas. Os países da segunda fase¹⁵ foram introduzidos às metodologias para a elaboração do quadro nacional de aceleração da EPT. Desta vez, as experiências do primeiro grupo foram úteis para acelerar o processo e os delegados dos países do primeiro grupo ajudaram a facilitar a formação. As recomendações sobre o caminho a seguir foram elaboradas e submetidas à aprovação do segmento ministerial.

Aproveitando a presença de 17 países, o UI lançou oficialmente o GRALE (Relatório Global sobre Alfabetização e Educação de Adultos) em África, no Segmento Ministerial. A advocacia foi muito eficaz, visto que vários países concordaram em escolher a alfabetização de jovens e adultos como um dos objectivos prioritários para a aceleração (Senegal, S. Tomé, Gâmbia).

A segunda reunião regional sobre a Aceleração da EPT concluiu com a aprovação da *Declaração de Luanda*, que foi posteriormente apresentada aos outros Ministros da Educação das ASS, numa das reuniões paralelas à margem da Conferência Geral da UNESCO. A reunião foi aberta pelo Director Geral da UNESCO, a Sra. Irina Bokova. A Declaração (veja Anexo 3) reiterou o compromisso dos Ministros para com O Salto Decisivo.

No geral, reconheceu-se que, apesar dos progressos obtidos no avanço da agenda de aceleração da EPT, é necessário prestar mais atenção aos desafios que se seguem:

- Envolver as partes interessadas internas e externas no sector da educação, para melhorar a compreensão e a apreciação dos objectivos e das modalidades da Iniciativa de Aceleração da EPT;
- Melhorar a coerência e a continuidade dos mecanismos de coordenação a nível nacional;
- Prestar mais atenção à concepção dos Quadros Nacionais de Aceleração, principalmente no que diz respeito à Advocacia, Mobilização de Parcerias e componentes de Comunicação e considerando, especialmente, abordagens inovadoras e criativas;
- Acelerar a finalização dos Quadros de Aceleração nacionais emobilizar todas as partes interessadas, através de exercícios oficiais de lançamento;
- Melhorar a liderança de alto nível na concepção dos Quadros Nacionais de Aceleração do Salto Decisivo e os processos de monitorização nos diferentes países.
- Aumentar os recursos internos e as dotações orçamentais para a expansão e a sustentabilidade.

No entanto, houve várias oportunidades a nível nacional que foram aplaudidas, mas que precisam de ser mais reforçadas para:

¹⁵ Burkina Faso, Camarões, Libéria, Quênia, S. Tomé, Togo e Uganda participaram no evento como o 2º grupo de países. O Ruanda, Madagáscar, a RDC, a Gâmbia não participaram mas manifestaram o seu interesse em juntar-se à Iniciativa.

- Tirar todo o partido do patrocínio de alto nível, ao nível nacional, uma vez que este aumenta a mobilização do governo, do sector privado, do parlamento e da sociedade civil;
- Enriquecer o maior reconhecimento e a percepção mais ampla dos objectivos da EPT, tanto dentro como fora do Sector da Educação;
- Expandir o Componente da Mobilização de Recursos do Quadro de Aceleração de forma a reduzir a dependência financeira externa, através da mobilização de parceiros não tradicionais;
- Promover modalidades de planeamento descentralizado no processo de concepção de Aceleração da EPT nos países, como meio de apropriação de gestão e implementação da educação em todo o país.

Como tal, os Ministros presentes na reunião concordaram em:

- Endossar o quadro de aceleração para o Salto Decisivo e fornecer uma liderança eficaz para a sua implementação a nível nacional;
- Criar mecanismos de monitorização e de comunicações sistemáticos do processo de aceleração da EPT, a nível nacional;
- Apresentar periodicamente um relatório sobre o andamento da Aceleração da EPT, ao nível nacional;
- Assegurar e manter a liderança para uma abordagem participativa e inclusiva, descendente e ascendente, em relação à parceria, para o desenvolvimento e a implementação dos quadros de aceleração da EPT, ao nível nacional;
- Mobilizar recursos internos dos parceiros tradicionais e não tradicionais, ao nível do país;
- Contribuir para a documentação de boas práticas de EPT, com o objectivo de promover a cooperação Sul-Sul entre os países africanos e melhorar a rentabilidade das intervenções.

A fase de Pós-planeamento: O apoio técnico para a implementação dos Planos de Aceleração

Capacitação da ECPI

Tendo em conta os limitados progressos na área da ECPI na ASS no seu todo, o Escritório da UNESCO em Dakar, em colaboração com o IICBA e o Escritório da UNESCO em Windhoek¹⁶, organizou um exercício de capacitação para os países que escolheram a ECPI como a sua prioridade (Ouagadougou, Burkina Faso, 9-13 de Dezembro de 2013). A acção de formação baseou-se em módulos para Educação e Cuidados Indígena na 1ª Infância (IECPI),

¹⁶ A OSISA apoiou a participação de vários participantes da Suazilândia e Zâmbia.

desenvolvidos pelo IICBA com o apoio de peritos africanos.¹⁷ Destinava-se a introduzir o conceito e a desenvolver propostas sobre o caminho a seguir para os países do “Salto Decisivo”, de forma a acelerar os esforços para a realização do Objectivo 1 da EPT. Sete países beneficiaram da acção de formação¹⁸, incluindo os representantes da UNICEF do Uganda e do CIEFFA.

Os Educação e Cuidados Indígena na 1ª Infância (IECPI) constituem um quadro curricular inovador, desenvolvido pelo IICBA, que destaca os contextos socioculturais da assistência à infância em África. Foi concebido para dar resposta à falta de recursos detectada para os modelos convencionais de ECPI, incentivando o uso criativo dos recursos locais. Destina-se a ajudar os países a desenvolver modalidades que tornam mais fácil e sistemático o acesso aos serviços de ECPI em geral e aos níveis comunitários em particular, através do envolvimento dos adultos nos agregados familiares, das famílias alargadas e das comunidades. Os módulos baseiam-se em princípios e práticas adequadas, em termos socioculturais, ao cuidado e educação das crianças e que são adaptadas ao contexto local da criança e da família, recorrendo à língua materna da criança ou à língua local e promovendo o uso de materiais de jogo locais.

Os países participantes foram: Burkina Faso, Níger, São Tomé e Príncipe, Senegal, Suazilândia, Uganda e a Zâmbia.

Com base na iniciativa do Salto Decisivo e na sua colaboração com a UNESCO, após um pedido de propostas pela OSISA, com o apoio técnico da UNESCO, Windhoek e Suazilândia conseguiram angariar fundos para ECPI, devido à qualidade do seu Plano de Aceleração.

Capacitação para a Alfabetização de Jovens e Adultos

A alfabetização de jovens e adultos é também uma área em que muitos países africanos se encontram atrasados. Embora se possa reportar uma quantidade de boas práticas em toda a África, o maior desafio encontra-se, muitas vezes, em expandir estas intervenções.

Desde 2012, com financiamento da Proctor and Gamble, a UNESCO Dakar, juntamente com os seus homólogos Senegaleses, iniciou um projecto para raparigas e mulheres que combinou, com sucesso, a literacia e numeracia de qualidade com as competências empresariais, recorrendo às ICT para atingir um grupo maior de mulheres. O projecto chama-se PAJEF (*Projet d’alphabétisation des jeunes filles et jeunes femmes – Projecto de Alfabetização de raparigas e mulheres jovens*) e realiza os seus programas em línguas

¹⁷ Gana, Quênia, Nigéria e Senegal

¹⁸ A Zâmbia, Suazilândia e S. Tomé & Príncipe beneficiaram do exercício, visto terem optado pela ECPI como objectivo prioritário para a aceleração. Tendo em vista otimizar a formação, os países vizinhos do Salto Decisivo - Senegal e Níger - também foram convidados. O Burkina participou como anfitrião, uma vez que a actividade foi realizada em colaboração com o CIEFFA e teve lugar em Ouagadougou.

nacionais e francês, recorrendo à televisão, à Internet, aos telefones celulares e aos CD e DVD. Desde o seu lançamento, em 2012, abriu 260 turmas para cerca de 4.000 mulheres analfabetas. O projecto também forneceu apoio na forma de tutoria a cerca de 800 raparigas em risco de abandonar a escola, ao reforçar as suas competências de literacia através de formação profissional. O PAJEF está a ser implementado em parceria com o governo, as autoridades locais de educação, organizações da sociedade civil e o sector privado.

Até agora a iniciativa tem tido muito êxito, tanto nos métodos de alfabetização para contextos formais e não formais recorrendo às ICT como na eficácia a capacitar os beneficiários que também já começaram a desenvolver actividades geradoras de renda. Agora está a ser divulgada como uma estratégia para acelerar os esforços nacionais de alfabetização noutros países. Prevê-se uma expansão no Quênia e Nigéria, através de financiamento do mesmo parceiro privado, ao passo que a Gâmbia está a adoptar a abordagem depois de uma visita de estudo proveitosa ao Senegal. Angola iniciou também uma visita de estudo semelhante e de intercâmbio Sul-Sul¹⁹. A Nigéria também realizou uma visita de estudo ao Senegal.

A divulgação da visita de estudo da Gâmbia através de internet suscitou tantas reacções interessantes, incluindo a Namíbia e Paquistão, que a UNESCO Dakar já está a produzir uma série de vídeos para permitir uma maior divulgação através de um meio de ICT.

A Gâmbia, através do fundo de emergência, recebeu assistência em matéria de capacitação do MoE das partes interessadas, para finalizar a sua política de alfabetização e desenvolver instrumentos para recolha de dados e também em matéria de capacidade para disponibilizar documentação sobre intervenções de alfabetização para acções de advocacia e de mobilização de recursos para um aumento da escala. Através do apoio para a produção de um primeiro vídeo documental, a Gâmbia teve possibilidade de inscrever para o Prémio de Alfabetização de 2014.

Caminho a seguir

A Iniciativa do Salto Decisivo na ASS tem sido recebida com muito entusiasmo pelos países participantes. As reacções dos países às metodologias propostas para o quadro de aceleração foram muitíssimo apreciadas, indicando as enormes mais-valias para as práticas existentes de planeamento da educação. Um ano após o lançamento, no entanto, as respostas dos países estagnaram, indicando que a monitorização de perto e a prestação de assistência técnica são fundamentais para os países não recaírem nas modalidades

¹⁹Para mais informações consulte <http://www.unesco.org/new/en/dakar/education/literacy/literacy-project-for-young-girls-and-women-in-senegal-pajef/>

habituais. Para este período, nove dos vinte países, incluindo o Senegal e a Gâmbia, fizeram um bom progresso com um programa de aceleração claro. As lições aprendidas mostram que, para além da forte liderança técnica e política a nível nacional, os países precisam de apoio técnico e apoio dos parceiros de desenvolvimento. O apoio por parte dos parceiros de EPT aos Estados Membros deve ser reforçado.

São necessários, portanto, recursos humanos e financeiros adicionais para dar a assistência básica aos países participantes.

4. A AGENDA DE EDUCAÇÃO PÓS-2015

A reunião de Joanesburgo, em Outubro de 2012, marcou o início das reflexões sobre o processo da Agenda da Educação Pós-2015 na Região.

Realizaram-se consultas que ainda estão a ocorrer através de diversos fóruns. Este Capítulo fornecerá uma breve descrição das mais importantes, referindo-se aos sítios Web das várias instituições, para mais detalhes.

Consulta Regional da UNESCO, da ASS

O processo de consulta EPT de 2012 na África Subsaariana permitiu a realização de amplas consultas com os ministérios da educação e as partes interessadas, sobre a pertinência do quadro de EPT, as prioridades dos países para além de 2015 e os desafios socioeconómicos mais amplos, que afectam a educação.

Relevância do quadro de EPT

Acredita-se na região da África Austral que os objectivos da EPT acordados internacionalmente e o esforço global associado ajudaram a fornecer uma direcção estratégica para o planeamento e a orçamentação da educação na região. Mais importante ainda, o quadro foi útil para monitorizar o progresso, tal como na EPU e na alfabetização de adultos.

Quanto à África Central, o quadro de EPT de Dakar é amplamente reconhecido pelos países pelo progresso da EPU e o enfoque na alfabetização mas, mais importante, pela prática de planeamento sectorial e pelo apoio sustentado dos parceiros de desenvolvimento.

Os países da África Oriental são de opinião que a estrutura de EPT de Dakar é útil para as análises sectoriais e o planeamento, priorizando o ensino primário inclusivo com apoio externo fiável. No entanto, alguns países apontam dificuldades em obter apoio adequado para a educação pós-primária ou pós-básica.

Em geral, os ministérios de educação da CEEAO concordam que os objectivos acordados internacionalmente para a educação, promoveram o planeamento educacional orientado (cf. planos nacionais da EPT, o planeamento sectorial, o planeamento específico de Objectivos da EPT), a advocacia, a sensibilização e a mobilização de recursos. No entanto, pelo menos um ministério manifestou a sua preocupação com a definição de objectivos universais quantificados sem se ter devidamente em consideração o contexto nacional, criando, assim, uma incapacidade aos países para cumprir os objectivos definidos ou criando, em alternativa, uma elevada dependência de parceiros externos.

Prioridades Pós-2015

A agenda da EPT é uma matéria inacabada em todas as regiões da ASS. O destaque para o pós-2015 será diferente ao nível nacional mas, ao nível regional, estas tendem a referir-se às áreas comuns onde irão ser necessários mais esforços. Todas as regiões, no entanto, concordam que se devem concentrar principalmente na equidade e igualdade para além da EPU: existe unanimidade quanto a um mínimo de 10-12 anos de educação contínua, incluindo 2-3 anos pré-escolar.

Para a CAO, os esforços de desenvolvimento educacional nacionais e regionais, a partir de 2015, atribuirão a máxima prioridade a garantir uma educação básica inclusiva, expandida e de boa qualidade para todos, para além do acesso a uma conclusão bem-sucedida do ciclo prolongado.

Para a CEEAC, a agenda pós-2015 para a região será desenvolvida em torno das questões críticas de inclusão, qualidade (professores e ambientes de aprendizagem melhorados) e competências para a empregabilidade.

Para a CEEAO, uma educação básica alargada e de boa qualidade, abrangendo todos, define a visão da África Ocidental para as suas crianças e jovens para além de 2015. É a região com desafios enormes.

Para a AIGD, para além dos objectivos gerais do ensino básico alargado e de boa qualidade, um dos pilares da agenda pós-2015 será, necessariamente, a preparação dos jovens para o mundo do trabalho. Uma vez que há um número cada vez maior de matrículas nas escolas, a educação do futuro deverá desenvolver competências que se traduzam em empregabilidade e empreendedorismo.

Para a CDAA, a agenda pós-2015 na educação irá priorizar a educação de boa qualidade, concentrando-se em melhorar os resultados da aprendizagem num ciclo de educação básica alargada, promovendo simultaneamente o acesso dos grupos marginalizados à educação. O ensino técnico e profissional para o emprego também irá ser alvo de uma maior atenção.

Cooperação regional e sub-regional para abordar a agenda pós-2015

Os países da CAO consideram que algumas das prioridades pós-2015 são susceptíveis de uma colaboração entre países. Um exemplo óbvio é a qualidade, especialmente no que diz respeito aos resultados da aprendizagem, como sugestão de que poderão ser postos em prática os mecanismos comuns de avaliação. Outra área proposta para a cooperação regional é o desenvolvimento de capacidades relacionadas com os sistemas de gestão e informação educacional.

Os países da CDA consideram o Acesso, a Qualidade, o Desenvolvimento de Competências para o Emprego dos Jovens e a ECPI como potenciais para a cooperação regional.

A cooperação regional no seio da CEEA foi encarada de forma diferente. As duas áreas que foram identificadas com mais frequência para iniciativas conjuntas, relacionam-se com a gestão educacional e a garantia de qualidade por um lado, e com o desenvolvimento profissional dos professores, por outro lado.

A cooperação regional da CEEAC propôs áreas tais como a educação e a qualificação dos jovens para a empregabilidade, programas de sensibilização do HIV/SIDA e múltiplos caminhos, para a educação básica e a alfabetização de adultos.

Compromissos a serem renovados para a educação africana

Os Ministérios da Educação da África Subsariana contam com as agências envolvidas na EPT e com outras agências competentes das Nações Unidas, para trabalhar em colaboração no sentido de apoiar o desenvolvimento da educação a partir de 2015.

Os países da CEEAC referem-se, por exemplo, à ECPI, para justificar uma estreita colaboração entre a UNESCO (desenvolvimento do currículo e formação de professores) e a UNICEF (saúde, nutrição e educação dos pais), com o objectivo de apoiar os esforços nacionais que envolvem os governos nacionais e as comunidades locais. Sugere-se, neste exemplo particular, que as comunidades iriam fornecer o impulso essencial para a realização de campanhas de sensibilização para a matrícula das crianças e a construção de salas de aula, encontrando-se totalmente envolvidas em comissões de gestão para a pré-escola.

Em relação às prioridades pós-2015 na educação, os representantes dos ministérios consideram que a UNESCO tem um papel fundamental a apoiar a elaboração de planos e estratégias sectoriais da educação e a apoiar a capacitação institucional e os sistemas de monitorização. A UNICEF, o Banco Mundial, o PNUD e o Programa Mundial de Alimentos foram identificados como outros parceiros cruciais em relação à construção de escolas, à aquisição e fornecimento de material de instrução, ao desenvolvimento de capacidades e à

avaliação sistémica e, até certo ponto, à provisão de financiamento adicional para a educação.

Outros Fóruns de Consulta

União Africana

A fim de complementar as consultas e reflexões mais cedo, a CUA realizou uma série de consultas²⁰ sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, envolvendo as partes interessadas a nível nacional, regional e continental. As consultas incluíram os sectores público e privado, os parlamentares, as organizações da sociedade civil (OSC), incluindo associações de mulheres e jovens e as instituições académicas. O processo culminou na adopção da *Posição Africana Comum (PAC) Sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015*, durante a sua 22^a Sessão Ordinária.

A UA destacou a apropriação colectiva da nova agenda pelos Estados Africanos e a necessidade de a Agenda de Desenvolvimento Internacional pós-2015 reflectir as prioridades e aspirações de África. Identificaram-se seis pilares de desenvolvimento: (i) Transformação económica estrutural e crescimento inclusivo; (ii) Ciência, tecnologia e inovação; (iii) Desenvolvimento centrado nas pessoas; (iv) Sustentabilidade ambiental, gestão dos recursos naturais e gestão do risco de desastres; (v) Paz e segurança; e (vi) Finanças e parcerias para que áreas de interesse específicas.

A PAC reitera a educação como a base para o desenvolvimento e, como tal, está integrada em todos os seis pilares, visto que a educação é alvo de uma atenção específica, incidindo na agenda inacabada da EPT. A qualidade da educação continua a ser uma preocupação, pois considera-se que os resultados de aprendizagem são fracos, na maior parte dos países, ao mesmo tempo que a desigualdade no acesso aos serviços sociais básicos se mantém um grande desafio.

Os Artigos 39 a 40 da PAC referem-se, portanto, às áreas de enfoque propostas para o desenvolvimento de capacidades em matéria de recursos humanos, com vista à melhoria da qualidade da educação: investimentos em infra-estruturas, ICT, taxas de conclusão mais elevadas, pré-escolarização, educação integrada de adultos e ensino superior e a melhoria da qualidade e das condições de serviço dos educadores e formadores. Enquanto o Artigo 41 salienta a necessidade de abordar a questão da equidade e, em especial, a paridade do género a todos os níveis, o Artigo 42 destaca a necessidade de melhorar a relevância da educação, com referência aos currículos que irão dar resposta aos desafios contemporâneos (educação em matéria de direitos e de cidadania, EFTP, empresarial,

²⁰ A consulta da Addis Ababa, de Fevereiro de 2013, e de toda a África pós-2015, Túnis, Março de 2013

competências para a vida e educação sexual e educação em saúde reprodutiva abrangente e para todos).

Ministros da Educação da Commonwealth (Londres, Dezembro de 2012)

Os ministros da *Commonwealth* reafirmam o papel central da educação em todos os aspectos do desenvolvimento, bem como o seu papel-chave para catalisar progressos noutros sectores. A principal prioridade é a redução das disparidades a fim de proporcionar uma educação de boa qualidade acessível a todos. Identificaram-se três objectivos principais:

- Permitir que cada criança conclua um ciclo completo de um mínimo de 9 anos, com acesso a uma educação básica gratuita;
- A expansão da educação básica para responder às necessidades de conhecimentos e de competências relacionadas com o emprego, bem como as competências para os meios de sustento;
- A redução e eliminação das diferenças nas realizações académicas, devido ao género e à riqueza das famílias.

Em geral, a *Commonwealth* recomendou uma abordagem contextual e regional para substituir a abordagem da “solução única para todos”.

Ministros da CONFEMEN (Liège, Julho de 2013)

Os Ministros da Educação dos Estados Francófonos afirmam o compromisso dos seus governos para garantir a educação inclusiva e de boa qualidade para todos, concentrando-se nas quatro prioridades que se seguem:

- Alargar a educação básica gratuita e obrigatória
- Reforçar a educação e formação contínua
- Assegurar um financiamento sustentável para a educação
- Garantir a boa governação e reforço de parcerias

ANCEFA

A ANCEFA iniciou o seu processo de consulta já em 2011²¹ e chegou a um quadro pós-2015 que se orienta pelos direitos humanos comum âmbito alargado, abordando a educação desde a infância até à idade adulta no contexto da aprendizagem ao longo da vida.

Objectivo: Melhorar o acesso à educação universal, integral e de boa qualidade

²¹Fórum de Educação, em Addis Ababa, Setembro de 2011; CSO pré- e Fórum COMEDAF V, Abuja, Abril, 2012; e Fórum de Política Pan-Africana, Novembro de 2012)

Princípios orientadores & Estratégias

- Promoção da educação como um direito humano
- Liberdade, tolerância e paz
- Igualdade e equidade
- Transparência e responsabilidade
- Acesso equitativo à Educação: Uma atenção especial nas populações marginalizadas, incluindo pastores, raparigas, minorias étnicas, comunidades de áreas de difícil acesso em caso de emergência e crianças com deficiência
- Distribuição equitativa das provisões nas escolas direcionadas aos marginalizados e aos excluídos
- Reformas sistémicas na educação (incluindo a harmonização e internacionalização no ensino superior)
- Apropriação e participação alargada nos processos políticos a todos os níveis (envolvendo as comunidades e as organizações da sociedade civil)
- Protecção e educação ambiental para o desenvolvimento sustentável

Prioridades:

1. Uma educação de qualidade concentrada na obtenção de resultados de aprendizagem a todos os níveis (desenvolvimento da 1ª infância (ECD), educação primária, secundária, técnica e profissional (EFTP) e ensino superior);
2. Acesso equitativo e inclusivo aos níveis básicos, secundários e superior; Disposições equitativas para atingir os mais excluídos e marginalizados;
3. Literacia, numeracia e desenvolvimento de competências – atenção especial para lidar com o analfabetismo e o desenvolvimento de competências entre aqueles que perderam a oportunidade;
4. Ligações reforçadas entre o sistema educacional e as exigências do mercado de trabalho;
5. Promoção da educação pré-escolar, ensino superior e a educação não-formal.

Declaração da Juventude Africana sobre o Pós-2015²² (Quénia, Novembro de 2012)

A Declaração da Juventude Africana para o Pós-2015 identificou as áreas que se seguem como importantes:

- Acesso equitativo a uma educação de boa qualidade e melhoria da tecnologia apropriada.

²² Conferência da Juventude Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, Organizada nas NU de Gigiri, de 18-20 Novembro de 2012.

- Especial atenção para a juventude vulnerável, ao ter educação universal primária e secundária e uma oferta de bolsas de estudo para os estudantes nas faculdades e universidades a nível local e internacional.
- Os governos devem assegurar a melhoria das instalações académicas e reforçar as capacidades e oferecer melhores incentivos ao pessoal académico.
- Os governos devem assegurar a atribuição de recursos suficientes da parte de fontes externas e internas, para responder às preocupações/desafios da educação e para uma melhor implementação de estratégias/políticas educacionais.
- Privilegiar o investimento e a promoção de um currículo de educação que inclui a ICT, que é orientado para a acção, que é técnico, profissional e baseado no empreendedorismo, com o objectivo de preparar os jovens para o auto-emprego e para enfrentarem o ambiente/condições de trabalho actuais.
- Promover a inovação, a criatividade e fomentar o desenvolvimento de competências e de experiências entre os jovens.

Apesar de serem diferentes, em termos do âmbito e das ambições para a Agenda da Educação Pós-2015, todos os fóruns concordaram sobre o princípio do acesso equitativo à educação básica de boa qualidade para todos. Todavia, os fóruns africanos e, em particular, a União Africana, defendem uma educação de qualidade equitativa a todos os níveis, incluindo os níveis secundários e superiores, pois a educação ultrapassa a questão dos direitos humanos, uma vez que é crucial para o desenvolvimento real do continente africano.

Análise da EPT e Reunião dos Ministros da Educação Africanos

A consulta final sobre a Agenda da Educação Pós-2015 será realizada de 27-30 Outubro de 2014, em Kigali, Ruanda. O encontro irá reunir todos os Ministros da Educação da ASS ou seus adjuntos, representantes de organizações da sociedade civil, universidades e outros parceiros e partes interessadas relevantes no sector da educação.

O evento permitirá a revisão final da situação da EPT na ASS, analisando as especificidades de cada região. Esta análise também irá alimentar as discussões finais sobre o posicionamento de África na Agenda Pós-2015, preparando o continente para a Conferência Mundial de Educação, prevista para ocorrer em Incheon, Coreia do Sul, em 2015.

A revisão da EPT está actualmente a ser preparada sob a coordenação do Escritório da UNESCO Dakar e do Pólo do IPE de Dakar. Assenta em três componentes: os Perfis de EPT dos Países, os Questionários de EPT dos Países e a consolidação desses elementos num relatório da ASS, analisados ao nível da CER. Os Perfis dos Países são desenvolvidos utilizando os dados fornecidos pelos países à UIS, bem como a partir da análise do sector da

educação, conduzida pelo Pólo de Dakar ao longo dos últimos anos. Foram elaborados pela UNESCO a fim de garantir o alinhamento da análise dos dados de cada país e das fontes. Isto irá permitir a agregação dos dados em regiões e a comparação entre os países.

Os questionários nacionais são elaborados e validados por uma equipa nacional composta por Funcionários dos MoE, organizações da sociedade civil e representantes dos parceiros financeiros e técnicos, que se encontram envolvidos activamente na EPT a nível nacional.

O questionário irá permitir que os países verifiquem os dados sobre os perfis e, sobretudo, que produzam a sua própria análise do seu desenvolvimento em direcção aos objectivos da EPT e que apresentem as propostas para as políticas pós-2015.

5. COORDENAÇÃO DA EPT NA ASS

Esta parte do relatório examinará o modo como foi conduzida a coordenação da EPT na África Subsaariana em 2013. Irá descrever quais os mecanismos que foram criados, a nível continental e regional, e quais as áreas específicas que mereceram o contributo dos parceiros da educação ou que foram coordenadas para melhorar a formulação e implementação das políticas.

Coordenação da EPT ao Nível Continental

Durante a reunião de Coordenação Regional da EPT, da ASS, em Joanesburgo, em Outubro de 2012, os participantes, entre países, organizações intergovernamentais, as NU e organizações da sociedade civil, concordaram quanto à necessidade de melhorar os mecanismos de coordenação regional da EPT. Os participantes aprovaram a criação de uma estrutura a dois níveis para melhorar a coordenação e se envolverem no diálogo de EPT, ao nível mundial, no que respeita às estruturas de aceleração e à definição da agenda pós-2015. Ao nível continental propôs-se que o mecanismo fosse co-liderado pela UNESCO e a União Africana e composto pelos outros parceiros congregados da EPT, as organizações da sociedade civil, o sector privado, PAP, as estruturas de educação das CER e os países que representam África nos Mecanismos Globais da EPT. Ao nível regional, é necessário criar uma estrutura semelhante, fortemente ligada às secretarias de educação dos CER.

Mecanismo de Coordenação da EPT, na ASS

Ao nível continental, criou-se um Comité Director (CD). As Agências congregadas na EPT, com sede em Dakar,²³ foram convidados a participar, bem como as organizações da

²³Por razões práticas e financeiras, foi acordado que os membros da CD tinham que se encontrar baseados em Dakar, de preferência, fazer parte de uma representação regional ou sub-regional.

sociedade civil e organizações intergovernamentais.²⁴ OCS de EPT da ASS é presidido pela UNESCO e é composto por representantes regionais da UNICEF, FNUAP, ADEA, CONFEMEN, ANCEFA e FAWE. O secretariado é acolhido pelo Escritório da UNESCO em Dakar. Durante a visita do Director-Geral da UNESCO ao Senegal, em Fevereiro de 2013, foi lançado oficialmente o Comité Director para a Coordenação da EPT na ASS.

O CD de EPT da ASS reuniu-se regularmente ao longo de 2013 e conseguiu proceder ao lançamento do Salto Decisivo e organizar as reuniões regionais com os respectivos países que contaram com a participação, em particular, dos OSC ao mais alto nível. O CD (em particular a UNESCO, ADEA, ANCEFA, FMEA e representantes de CONFEMEN), foi responsável pela elaboração das directrizes de Aceleração da EPT e pela facilitação dos seminários de capacitação.²⁵

Advocacia da EPT

A fim de influenciar os responsáveis políticos, a UNESCO Dakar organizou, em colaboração com os parlamentares Pan-Africanos (PAP), uma Sessão Especial sobre a Advocacia da EPT, na reunião da Sessão Ordinária dos PAP em Outubro de 2013, atingindo mais de 100 parlamentares em África. Durante o encontro, a UNESCO divulgou 45 perfis de países africanos relacionados com a EPT, destacando os progressos e as dificuldades em alcançar os objectivos da EPT até 2015, defendeu a utilização das receitas dos recursos naturais para investir mais na educação e partilhou informações sobre o processo da agenda Pós-2015.

Coordenação com a UA

Quanto às áreas prioritárias de cooperação com a Comissão da União Africana (UA), a UNESCO tem estado a apoiar a UA através do Mecanismo de Coordenação Regional (MCR) para a África. A UA/Departamento dos Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia, em conjunto com o Gabinete de Ligação da UNESCO e o IICBA, organizaram várias reuniões sobre a análise do progresso da implementação do Plano de Negócios do MCR (Sub-Grupo do Desenvolvimento da Educação e dos Recursos Humanos) de 2012 e 2013, com enfoque especial na SIGE, nos Professores, no EFTP e no Ensino Superior.

No contexto do Grupo do Meio Ambiente, População e Urbanização, a OCHA, o PNUD e a UNESCO realizaram um seminário de capacitação dos Directores de Planeamento de

²⁴ Quanto ao sector privado, o Escritório da Microsoft em Dakar foi convidado, mas recusou-se a participar. Quanto às Organizações da Sociedade Civil, a Save the Children juntou-se ao CD na primeira fase, mas desistiu devido a limitações de pessoal. O BAD concordou em participar, mas acabou não a participar nas reuniões. Quanto às agências de convocação da EPT, tanto o Banco Mundial como o PNUD também não conseguiram participar.

²⁵ Infelizmente, houve um enfraquecimento da participação da UNICEF e do FNUAP depois do primeiro trimestre de 2013, tornando-os mais membros no papel do que na realidade.

Educação nacionais para a integração da Educação para a paz e prevenção de conflitos e de riscos, nos planos do sector da educação na África Ocidental e Central.

Coordenação Temática ao Nível Continental

EFTP

Na EFTP, a advocacia regional e a partilha de conhecimentos sobre QQN/QQR tiveram lugar entre 12 países (8 da CEEAO, 3 da CDAA: Lesoto, Moçambique e Malawi, 1 da CAO: Quênia), em colaboração com o Programa Regional de Emprego de Jovens (PNUD/YERP) e com o apoio da ETIA (a equipe técnica da Intra-Agência da África Ocidental).

A advocacia e a partilha de conhecimentos sobre QQN/QQR ocorreram também a alto nível, durante a reunião da ADEA/NQEP²⁶ (Abidjan, Julho de 2013) e a reunião regional da UNEVOC, organizada pela UNEVOC em colaboração com a ETIA (Abuja, Setembro de 2013).

Professores

Na área da Formação de Professores, a coordenação ocorreu entre a UA, a UNESCO, o Grupo de Trabalho Internacional sobre Professores para a EPT e a ADEA, para a organização da Conferência Pan-Africana sobre Educação e Formação de Professores (PACTED). Um roteiro vinculou, efectivamente, a Segunda Década da UA, o Plano de Acção eo quadro de Monitorização e Avaliação, à PACTED. Foi criada uma equipa de coordenação e as principais agências para cada objectivo identificado. O apoio específico incluiu a assistência técnica para o desenvolvimento de políticas de professores ea elaboração de um quadro de qualificações regionais (QQR) para professores, e a recolha e divulgação de boas práticas relativas aos professores. Foram produzidos documentos de orientação nas quatro línguas (Inglês, Francês, Português e Árabe), facilitando assim a criação e a partilha de conhecimentos. Realizou-se um estudo sobre o quadro das qualificações dos professores na Gâmbia e na Nigéria.

Além disso, a UA eo Instituto Internacional para a Capacitação em África (IICBA) da UNESCO, colaboraram na elaboração de um estudo sobre a mobilidade dos professores nos países francófonos e do projecto de um protocolo a nível continental. O IICBA colaborou também a nível regional através das CER. CAO: sobre a gestão de Instituições de Formação de Professores em Mombasa (Quênia); CEEAC: fórum sobre a Harmonização dos programas de formação de professores (Camarões); CEEAO e CDAA: fórum sobre o processo de desenvolvimento de uma política de professores holística (Gana e Joanesburgo); AIGD e CEEAC: Fórum sobre a definição de normas de ITC para a formação de professores (Congo).

²⁶Núcleo de Qualidade Entre Países (NQEP)

SIGE e Planeamento Sectorial

Na área dos Sistemas de Informação para a Gestão da Educação (SIGE), o Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) contribuiu para as perspectivas da Educação da UA (vários relatórios da Comunidade Económica Regional e um relatório da perspectiva continental sobre educação), através do fornecimento de dados detalhados à ADEA. Concebeu-se um módulo para recolha de dados regionais de África, para responder à necessidade de uma lista da UA em termos de indicadores da educação. Quarenta e oito (48) dos 52 países responderam (apenas a Quênia, a Líbia, a Somália e o Sudão não responderam ao questionário regional, até agora). Foram produzidas várias publicações e documentos do UIS, recorrendo a este módulo regional.

Além disso, sob a coordenação do IPE da UNESCO/Pólo de Dakar, também houve colaboração com o UIS, a *Agence Universitaire de la Francophonie* (AUF), o Secretariado da Iniciativa *Fast Track* e a CONFEMEN/Programa de Análise dos Sistemas Educativos (PASEC); para o desenvolvimento de um curso de ensino à distância para a Política Sectorial e Gestão dos Sistemas da Educação (*Politiques Sectorielles et Gestion des Systèmes Educatifs* (PSGSE)). O curso de PSGSE foi concebido para dar resposta à necessidade de capacitação, em matéria de análise e planeamento sectoriais, dos ministérios responsáveis pela definição e orientação dos sistemas da educação. Trata-se de uma educação à distância e de uma formação em exercício, conducentes à obtenção de um diploma. Até ao momento, foram inscritas no curso cerca de 200 pessoas de 19 países africanos.

Coordenação ao Nível Regional

CEEAC

Ao nível regional, a coordenação e articulação da EPT na Região Central Africana ocorreu principalmente entre o Secretariado da CEEAC, a UNESCO, incluindo o UIS e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para o fortalecimento da Educação Superior, dos SIGE e do HIV/SIDA (currículo de prevenção do SIDA e ensino ao nível da escola primária).

Apoio à Educação Superior:

A UNESCO deu apoio técnico e financeiro aos Estados da África Central, em Julho de 2010, para a criação de Centros de Excelência da Universidade Tecnológica (Petu) na região da CEEAC. Um pedido de financiamento²⁷ foi enviado através do Secretariado da CEEAC para apresentação ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

²⁷ Este pedido foi apoiado pela declaração de compromisso assinada em Yaoundé pelos Ministros responsáveis pelo ensino superior na região da ECCAS, em Junho de 2012.

Harmonização dos SIGE :

Em colaboração com o BAD, a ADEA eo Secretariado da CEEAC, a UNESCO e o seu Instituto de Estatística (UIS) prestaram apoio técnico e financeiro aos países da CEEAC, para a harmonização e o reforço dos sistemas destinados à produção regular e de qualidade, de estatísticas da educação. Está a ser analisado um pedido de financiamento pelo BAD.

CAO

Na sequência do Primeiro Fórum organizado pelo Governo do Quénia, em Setembro de 2011, realizou-se um segundo Fórum de EPT, de alto nível, em Kampala, Uganda, em Julho de 2013, reunindo 10 Ministros da Educação da região da África Oriental.²⁸ A reunião foi co-organizada pelo Escritório Regional da UNESCO para a África Oriental, em parceria com a Comissão Nacional da UNESCO do Uganda e acolhida pelo Governo de Uganda. A reunião resultou na adopção do *Compromisso de Kampalano* qual os países participantes concordaram na Aceleração da EPT e trocaram experiências sobre a Agenda da Educação na Região da África Oriental Pós-2015.

O Escritório Regional da UNESCO Nairobi prestou assistência também na facilitação dos exercícios regionais de capacitação. O Quénia e o Uganda participaram nos eventos do Salto Decisivo.

Juntamente com o IBE, OUT, BRENDA e HQ, uma EAD, combinada com um curso presencial de desenvolvimento de currículos, prestou formação a responsáveis pela elaboração de currículos, em mais de dez países participantes, com o objectivo de melhorar a qualidade da educação.

CEEAO

Na região da CEEAO, a coordenação conjunta entre as agências da ONU e o Secretariado da CEEAO para a Educação, contribuiu efectivamente ainda mais para a implementação do *Processo de Abuja*, para a revitalização da EFTP. A Equipade Trabalho Intra-Agência (ETIA), o mecanismo de parceria regional na EFTP, foi reforçada, agora com oito organizações activamente envolvidas: UNESCO, ADEA , BAD, CEEAO, PNUD, FIDA, CEAO, CAMES²⁹ e Mulheres das NU. As consultas e o planeamento conjunto entre os parceiros, em apoio ao plano de acção da CEEAO sobre a ETP, foram intensificados através de um diálogo regular e da partilha de conhecimentos com o Secretariado e os países da UEMOA. O ETIA está a ser considerado um mecanismo institucional da CEEAO para a mobilização de parcerias para a EFTP.

²⁸ Eritreia, Etiópia, Quénia, Maurícias, Ruanda, Seicheles, Somália, Sul do Sudão, a Tanzânia (Continente) e Zanzibar e Uganda

²⁹CEAO (Comissão de Examinação da África Ocidental) ; CAMES (*Conseil Africain et Malgache de l'enseignement supérieur*).

Uma publicação do ETIA sobre o levantamento regional da EFTP e as directrizes políticas para o QQN/QQR (Quadros de Qualificação Nacionais e Regionais) está disponível em Francês e Inglês (com contribuições do PNUD, da UNESCO e da CEEAO). Foram produzidos e divulgados quatro vídeos sobre as boas práticas no Benim, Nigéria e Senegal, proporcionando exemplos sobre a melhor forma de traduzir as políticas nacionais da EFTP em acções concretas e bem-sucedidas para a Juventude, bem como sobre o desenvolvimento do QQN.

No ensino superior, através de uma parceria com o DAAD, a UNESCO Dakar, Abuja e oIPE, organizaram um trabalho de capacitação - uma combinação de formação *on-line* e presencial- sobre a garantia da qualidade do ensino superior.

CDA

Na África Austral, continuou a coordenação para a promoção da **EFTP** a nível regional. O Quadro de Qualificação Regional da CDA - (CDAQR) foi aprovado e foi constituído o Comité Técnico da EFTP da CDA. O Comité concentra-se na harmonização das políticas e normas da EFTP na região, para o período de 2013-14. Enquanto o diálogo entre a CDA e a União Europeia sobre os quadros de qualificações foi adiado para o primeiro semestre de 2014, foi convocado um Fórum Regional sobre a EFTP na CDA (Novembro de 2013, RSA) pela UNESCO para discutir formas de avançar na coordenação da EFTP.

Quanto à **Educação para o Desenvolvimento Sustentável (ESD)**, a CDA e a UNESCO concordaram em trabalhar em conjunto num programa de Educação Ambiental Regional (REAP) concentrando-se:

- No Diálogo Político da ESD e no apoio ao Desenvolvimento de Políticas
- Na Integração da ESD nos Currículos de Formação de Professores e na Ligação em Rede na área da Formação de Professores
- Na Capacitação para o Desenvolvimento Curricular da ESD
- Nas Redes de Investigação sobre a ESD e a qualidade da educação
- Na M&A da ESD e no apoio à criação de Centros de Especialização Regionais

Houve também uma colaboração e coordenação substancial entre a OSISA, a UNESCO e o secretariado da CDA, relativa à Aceleração da EPT no contexto do Salto Decisivo e que facilitou a capacitação dos países da África Austral que fazem parte da iniciativa.

6. CONCLUSÃO

Tem havido uma série de iniciativas e actividades importantes que visam o desenvolvimento de recursos humanos com vista à sustentabilidade e a transformação

nocrescimento da África em geral. Foi prestada uma atenção especial ao fortalecimento das respostas dos governos ao compromisso para com a agenda global da EPT. Sob a liderança da UNESCO, na sua qualidade de parceiro líder da agregação, a mobilização dos parceiros para acompanhar a África Subsaariana assistiu a um maior dinamismo. A advocacia para acelerar os esforços dos governos nacionais destinados a melhorar a implementação dos planos de EPT, resultou em maiores compromissos a todos os níveis, com maior participação das CER, CUA, organizações da sociedade civil e parceiros técnicos e financeiros na região.

O quadro de aceleração tem contribuído para a criação de um consenso relativamente às prioridades pós-2015. Os objectivos estabelecidos para 2015 podem não ser plenamente atingidos em 2015, mas houve, efectivamente, um compromisso renovado para continuar a luta no sentido de atingir as metas inacabadas da EPT, o que é um reconhecimento esmagador do papel da educação como a chave para o crescimento e a transformação de África, tal como se descreve na Agenda da Posição Comum da África (PAC) para 2063, uma visão de longo prazo e de aspiração para a África do século 21.

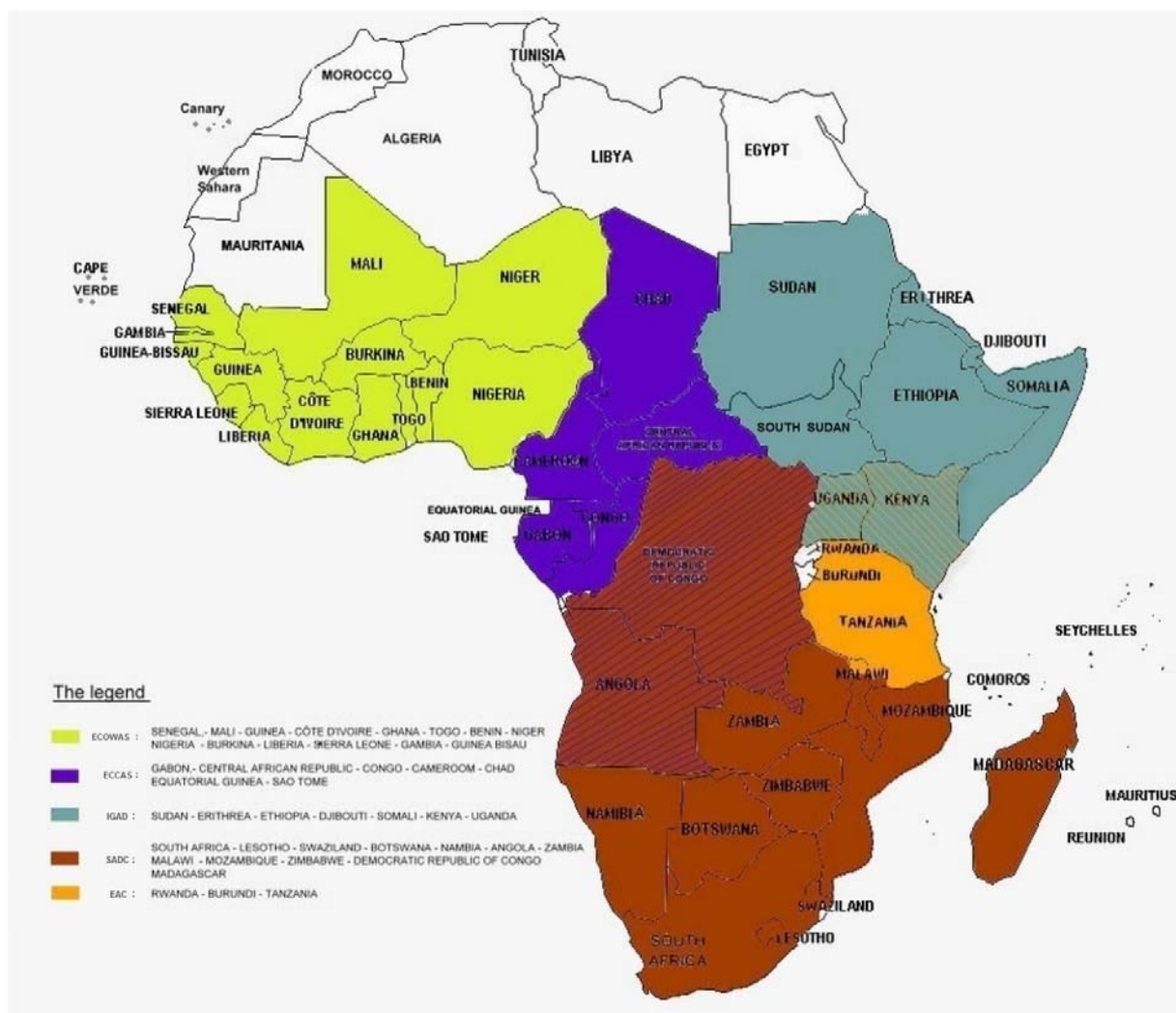
ANEXOS

Anexo 1: Informações introdutórias sobre as Comunidades Económicas Regionais

Comunidades Económicas Regionais na África Subsaariana

CER	Data de Fundação e Sedes	Países membros	População	Programa de Educação
CAO- Comunidade da África Oriental	2000, Arusha, Tanzânia	5 membros: Burundi, Quênia, Ruanda, República Unida da Tanzânia e Uganda.	149 milhões	Educação incluída como Área Prioritária 2 da Secção 4.4 (Desenvolvimento dos Sectores Sociais) da Estratégia de Desenvolvimento da CAO (2011-2016).
CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central	1984 Libreville, Gabão	10 membros: Angola, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe.	130 milhões	Desconhecido
CEEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	1975 Abuja, Nigéria	15 membros: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo	340 milhões	Protocolo Regional sobre Educação (2003); Plano de Acção relacionado, abrangendo a educação preventiva do HIV&SIDA, a educação de reparigas, a formação de professores através da aprendizagem à distância, a promoção de ciências e tecnologias e a EFTP; Convenção sobre o Reconhecimento e a Equivalência de Graus, Diplomas e outras Qualificações. Quadro de qualificações das CER no seu todo, para as instituições do ensino superior.
AIGD – Autoridade Intergovernamental sobre Desenvolvimento	1996 Djibuti	7 membros: Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão (pré-secessão) e Uganda	200 milhões	Consultas iniciadas sobre a estratégia do capital humano
CDA - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral	1992 Gaborone, Botsuana	15 membros : Angola, Botsuana, RDC, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.	280 milhões	Protocolo sobre Educação e Formação. Educação abrangida na secção 3.5 (Desenvolvimento Social e Humano) do Plano de desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional adoptado em 2004. Convenção sobre o Reconhecimento e a Equivalência de Graus, Diplomas e outras Qualificações.

As Comunidades Económicas Regionais na África Subsaariana³⁰



³⁰ As áreas listradas reflectem os países que pertencem a mais de uma CER. As cores nesta área indicam as respectivas CER a que o país pertence.

Anexo 2: Tabela de dados – Indicadores Fundamentais da EPT

País	CER	Objectivo 1 da EPT				Objectivo 2 da EPT			
		TBI Pré-primária				Conclusão Primária			
		Referência		Actual		Referência		Actual	
Ano	Dados	Ano	Dados	Ano	Dados	Ano	Dados		
África do Sul	CDA	2002	31.9	2009	65.0				
Angola	CEEAC, CDA							2010	46.6
Benim	CEEAO	2002	5.3	2010	18.2	2002	46.0	2009	63.4
Botsuana	CDA			2009	18.9	2002	93.0	2009	97.2
Burkina Faso	CEEAO	2002	1.1	2011	3.0	2002	25.7	2010	45.1
Burundi	CAO, CEEAC	2002	1.4	2010	8.7	2002	27.3	2010	56.1
Camarões	CEEAC	2002	13.9	2010	28.4	2002	52.2	2010	78.7
Cabo Verde	CEEAO	2002	54.6	2010	69.7	2002	102.9	2010	98.9
Chade	CEEAC			2010	1.9	2002	28.6	2010	34.5
Comores	AIGD	2002	3.1	2008	21.8	2002	63.4	2008	74.8
Congo	CEEAC	2002	5.3	2010	12.5	2002	59.9	2010	70.8
Costa do Marfim	CEEAO	2002	2.9	2011	4.4	2001	46.1	2011	58.6
Djibuti	AIGD	2002	0.7	2011	4.3	2001	27.5	2009	35.6
Guiné Equatorial	CEEAC	2002	35.6	2008	54.7	2003	38.3	2010	52.4
Eritreia	AIGD	2002	5.6	2010	13.6	2002	35.3	2010	39.8
Etiópia	AIGD	2002	1.8	2010	4.8	2002	31.7	2010	72.2
Gabão	CEEAC	2002	14.3	2011	41.8				
Gâmbia	CEEAO	2003	16.3	2010	30.4	2002	67.1	2010	70.5
Gana	CEEAO	2001	31.3	2009	68.9	2002	68.8	2011	94.0
Guiné	CEEAO	2003	8.4	2010	13.7	2002	39.1	2010	64.1
Guiné-Bissau	CEEAO	2000	3.7	2010	6.9	2000	29.7	2010	67.6
Lesoto	CDA	2002	24.7	2010	32.7	2002	62.1	2010	69.6
Libéria	CEEAO	2000	61.5					2008	62.3
Madagáscar	CDA	2001	3.4	2010	8.8	2002	36.8	2010	72.5
Malawi	CDA					2002	68.2	2010	66.8
Mali	CEEAO	2002	1.3	2011	3.4	2002	34.2	2011	55.4
Maurícias	CDA	2002	91.5	2010	96.4	2002	95.6	2010	96.0
Moçambique	CDA					2002	22.3	2011	56.2
Namíbia	CDA					2002	92.6	2009	83.9
Níger	CEEAO	2002	1.3	2011	6.0	2002	21.2	2011	46.2
Nigéria	CEEAO	2002	11.9	2010	13.9	2003	77.2	2010	74.4
Quênia	CAO, AIGD	2002	42.8	2009	51.8				
RCA	CEEAC	2002	1.8	2011	5.6	2003	27.0	2011	43.0
RDC	CEEAC, CDA	2002	1.3	2010	3.3	2002	38.7	2010	58.7
R.U da Tanzânia	CAO, CDA	2003	24.5	2010	33.2	2002	59.2	2010	89.9
Ruanda	CAO	2002	2.7	2011	11.4	2002	29.6	2010	69.6
São Tome e Príncipe	CEEAC	2002	27.3	2011	61.8	2002	61.6	2011	114.7
Senegal	CEEAO	2002	3.1	2010	13.2	2002	47.2	2010	59.2
Seicheles	CDA	2002	101.5	2010	101.5	2002	113.8	2010	133.1
Serra Leoa	CEEAO	2001	4.5	2011	6.8			2011	74.4
Somália	AIGD								
Sudão (pré-secessão)	AIGD								
Suazilândia	CDA	2004	16.3	2010	22.7	2002	61.3	2010	76.9
Togo	CEEAO	2002	2.7	2010	8.6	2001	75.5	2010	73.7
Uganda	CAO, AIGD			2010	13.9	2002	62.2	2010	57.2
Zâmbia	CDA					2002	62.5	2010	103.3
Zimbabué	CDA								
Comissão Económica Regional									
AIGD		4*	12.7	4*	18.6	4*	39.2	4*	51.2
CAO		4*	17.8	4*	26.3	4*	44.6	4*	68.2
CDA		8*	36.9	8*	45.5	12*	67.2	12*	83.7
CEEAC		8*	12.6	8*	27.1	8*	41.7	8*	63.6
CEEAO		14*	14.0	14*	19.1	13*	52.4	13*	67.0
ASS			18.4		28.2		53.5		69.7

Fonte: UIS

* Veja nota final.

Títulos dos
Indicadores:

Taxa Bruta de Matrícula
na Pré-primária (%)

Taxa Bruta de Admissão à Última
Classe da Primária (%)

		Objectivo 3 da EPT				Objectivo 4 da EPT			
		Alfabetização de Jovens				Alfabetização de Adultos			
		Referência		Actual		Referência		Actual	
		Ano	Dados	Ano	Dados	Ano	Dados	Ano	Dados
País	CER								
África do Sul	CDA			2007	97.6			2007	88.7
Angola	CEEAC, CDA	2001	72.2	2010	73.1	2001	67.4	2010	70.1
Benim	CEEAO	2002	45.3	2010	55.0	2002	34.7	2010	42.4
Botsuana	CDA	2003	94.0	2010	95.3	2003	81.2	2010	84.5
Burkina Faso	CEEAO	2003	31.2	2007	39.3	2003	21.8	2007	28.7
Burundi	CAO, CEEAC	2000	73.3	2010	77.6	2000	59.3	2010	67.2
Camarões	CEEAC	2000	83.1	2007	83.1	2000	68.4	2007	70.7
Cabo Verde	CEEAO	2004	97.1	2010	98.3	2004	80.0	2010	84.3
Chade	CEEAC	2000	37.6	2010	47.0	2000	25.7	2010	34.5
Comores	AIGD	2000	80.2	2010	85.6	2000	68.5	2010	74.9
Congo	CEEAC								
Costa do Marfim	CEEAO	2000	60.7	2010	67.0	2000	48.7	2010	56.2
Djibuti	AIGD								
Guiné Equatorial	CEEAC	2000	97.1	2010	98.0	2000	88.3	2010	93.9
Eritreia	AIGD	2002	77.9	2010	89.3	2002	52.5	2010	67.8
Etiópia	AIGD	2004	49.9	2007	55.0	2004	35.9	2007	39.0
Gabão	CEEAC	2004	96.7	2010	97.7	2004	83.8	2010	88.4
Gâmbia	CEEAO	2000	52.6	2010	66.7	2000	36.8	2010	50.0
Gana	CEEAO	2000	70.7	2010	80.8	2000	57.9	2010	67.3
Guiné	CEEAO	2003	47.1	2010	63.4	2003	29.7	2010	41.0
Guiné-Bissau	CEEAO	2000	59.5	2010	72.1	2000	41.4	2010	54.2
Lesoto	CDA	2000	90.9	2010	91.9	2000	86.3	2010	89.6
Libéria	CEEAO	2004	71.2	2010	76.5	2004	54.8	2010	60.8
Madagáscar	CDA	2000	70.2	2009	64.9	2000	70.7	2009	64.5
Malawi	CDA			2010	87.1			2010	74.8
Mali	CEEAO			2010	44.3	2003	24.0	2010	31.1
Maurícias	CDA	2000	94.5	2010	96.7	2000	84.3	2010	88.5
Moçambique	CDA	2003	61.9	2010	71.8	2003	48.2	2010	56.1
Namíbia	CDA	2001	92.3	2010	93.1	2001	85.0	2010	88.8
Níger	CEEAO								
Nigéria	CEEAO	2003	69.0	2010	72.1	2003	54.8	2010	61.3
Quênia	CAO, AIGD	2000	92.5	2010	92.8	2000	82.2	2010	87.4
RCA	CEEAC	2000	60.8	2010	65.2	2000	50.6	2010	56.0
RDC	CEEAC, CDA	2001	70.4	2010	65.0	2001	67.2	2010	66.8
R.U da Tanzânia	CAO, CDA	2002	78.4	2010	77.3	2002	69.4	2010	73.2
Ruanda	CAO	2000	77.6	2010	77.5	2000	64.9	2010	71.1
São Tome e Príncipe	CEEAC	2001	95.4	2010	95.3	2001	84.9	2010	89.2
Senegal	CEEAO	2002	49.1	2009	65.0	2002	39.3	2009	49.7
Seicheles	CDA	2002	99.1	2010	99.1	2002	91.8	2010	91.8
Serra Leoa	CEEAO	2004	47.9	2010	59.4	2004	34.8	2010	42.1
Somália	AIGD								
Sudão (pré-secessão)	AIGD								
Suazilândia	CDA	2000	91.9	2010	93.6	2000	81.7	2010	87.4
Togo	CEEAO	2000	74.4	2009	81.7	2000	53.2	2009	57.1
Uganda	CAO, AIGD	2002	80.8	2010	87.4	2002	68.1	2010	73.2
Zâmbia	CDA	2002	69.1	2010	74.4	2002	69.1	2010	71.2
Zimbabué	CDA							2010	92.2
Comissão Económica Regional									
	AIGD	4*	75.3	4*	81.1	4*	59.7	4*	66.8
	CAO	5*	80.5	5*	82.5	5*	68.8	5*	74.4
	CDA	12*	82.1	12*	83.0	12*	75.2	12*	77.7
	CEEAC	9*	76.3	9*	78.0	9*	66.2	9*	70.8
	CEEAO	13*	59.7	13*	69.0	14*	43.7	14*	51.9
ASS			72.7		77.9		60.2		67.3

Fonte: UIS

* Veja nota final.

Títulos dos
Indicadores:

Taxa de Alfabetização (%) de
Jovens (15-24 Anos)

Taxa de Alfabetização (%) de
Adultos (> 15 anos)

		Objectivo 5 da EPT				Objectivo 6 da EPT			
		Paridade do Género				Sobrevivência à Primária			
		Referência		Actual		Referência		Actual	
		Ano	Dados	Ano	Dados	Ano	Dados	Ano	Dados
País	CER								
África do Sul	CDA	2002	96.5	2009	95.8				
Angola	CEEAC, CDA			2010	81.3			2009	31.9
Benim	CEEAO	2002	69.2	2010	87.1				
Botsuana	CDA	2002	99.1	2009	96.5	2002	84.0	2008	93.0
Burkina Faso	CEEAO	2002	74.2	2011	92.7	2002	66.6	2009	63.6
Burundi	CAO, CEEAC	2002	78.3	2010	98.8	2002	64.6	2009	56.2
Camarões	CEEAC	2002	86.0	2010	86.2	2002	60.4	2009	66.2
Cabo Verde	CEEAO	2002	95.8	2010	92.4	2002	84.0	2007	85.7
Chade	CEEAC	2002	64.7	2010	72.9	2002	50.1	2009	27.8
Comores	AIGD	2002	81.8	2008	92.0				
Congo	CEEAC	2002	95.0	2010	95.0	2002	57.6	2007	70.3
Costa do Marfim	CEEAO	2002	73.7	2011	83.3	2000	86.6	2008	60.8
Djibuti	AIGD	2002	76.3	2011	90.2			2008	64.3
Guiné Equatorial	CEEAC	2002	91.1	2010	97.2			2009	61.9
Eritreia	AIGD	2002	79.9	2010	83.8	2002	86.2	2009	69.0
Etiópia	AIGD	2002	71.0	2010	91.2	2002	51.0	2009	47.5
Gabão	CEEAC	2002	99.4	2011	97.1				
Gâmbia	CEEAO	2002	90.3	2010	102.3	2001	60.5	2009	61.1
Gana	CEEAO	2002	94.9	2011	99.8	2002	59.5	2008	72.2
Guiné	CEEAO	2002	75.2	2010	83.8	2003	75.9	2009	65.7
Guiné-Bissau	CEEAO	2000	67.4	2010	93.8				
Lesoto	CDA	2002	101.5	2010	97.6	2002	67.0	2009	69.3
Libéria	CEEAO	2000	73.5	2008	90.7			2007	45.6
Madagáscar	CDA	2002	96.3	2010	98.4	2002	55.4	2009	34.6
Malawi	CDA	2002	97.0	2010	103.7	2001	32.8	2009	52.8
Mali	CEEAO	2002	76.4	2011	88.2	2002	66.1	2010	75.5
Maurícias	CDA	2002	100.3	2010	100.6	2002	98.4	2009	97.8
Moçambique	CDA	2002	79.0	2011	90.7	2001	31.7	2010	27.0
Namíbia	CDA	2002	101.4	2009	99.0	2002	81.6	2008	82.6
Níger	CEEAO	2002	69.8	2011	83.7	2002	66.1	2010	69.3
Nigéria	CEEAO	2002	83.1	2010	91.0	2002	72.7	2009	79.9
Quênia	CAO, AIGD	2002	95.0	2009	97.7				
RCA	CEEAC	2002	66.9	2011	72.5			2010	46.5
RDC	CEEAC, CDA	2002	78.7	2010	86.7			2009	54.8
R.U da Tanzânia	CAO, CDA	2002	96.7	2010	101.6	2001	92.2	2009	81.4
Ruanda	CAO	2002	99.9	2011	102.6				
São Tome e Príncipe	CEEAC	2002	95.7	2011	97.3	2002	56.6	2008	68.0
Senegal	CEEAO	2002	90.6	2010	105.9	2002	71.5	2009	59.6
Seicheles	CDA	2002	99.5	2010	100.0				
Serra Leoa	CEEAO	2001	67.5	2011	92.8				
Somália	AIGD			2007	55.0				
Sudão (pré-secessão)	AIGD								
Suazilândia	CDA	2002	94.1	2010	91.8	2002	61.3	2009	83.9
Togo	CEEAO	2002	81.1	2010	89.9	2002	62.8	2009	59.4
Uganda	CAO, AIGD	2002	96.7	2010	101.4	2002	35.3	2009	31.8
Zâmbia	CDA	2002	93.3	2010	101.3			2008	53.1
Zimbabué	CDA								
Comissão Económica Regional									
	AIGD	5*	83.8	5*	92.9	N/A	N/A	4*	53.1
	CAO	5*	93.3	5*	100.4	3*	64.1	3*	56.5
	CDA	13*	94.9	13*	96.1	9*	67.2	9*	69.1
	CEEAC	9*	84.0	9*	89.3	6*	57.9	6*	57.7
	CEEAO	15*	78.8	15*	91.8	11*	70.2	11*	68.4
ASS			85.9		92.3		65.7		62.0

Fonte: UIS
* Veja nota final.

Títulos dos
Indicadores:

Índice da Paridade do Género
TBI Primária (%)

Taxa de Sobrevivência à Última
Classe da Primária (%)

		Acesso				Financiamento			
		Taxa de Fora-da-Escola (Primária)				Despesas de Educação			
		Referência		Actual		Referência		Actual	
		Ano	Dados	Ano	Dados	Ano	Dados	Ano	Dados
País	CER								
África do Sul	CDA	2002	5.5	2009	9.7	2002	20.5	2009	17.9
Angola	CEEAC, CDA			2010	14.3			2010	11.4
Benim	CEEAO	2003	14.4	2010	6.2	2002	19.9	2009	28.0
Botsuana	CDA	2002	16.5	2009	12.7			2009	20.3
Burkina Faso	CEEAO	2002	64.5	2011	36.8			2010	33.0
Burundi	CAO, CEEAC	2002	46.4	2007	10.2	2002	12.4	2010	27.7
Camarões	CEEAC			2010	6.1	2000	10.9	2010	21.7
Cabo Verde	CEEAO	2002	1.2	2010	6.5	2002	19.0	2010	23.5
Chade	CEEAC					2001	21.6	2010	12.6
Comores	AIGD	2000	26.6	2007	22.2				
Congo	CEEAC			2010	9.2				
Costa do Marfim	CEEAO	2002	37.9	2009	38.5	2002	25.5	2007	23.6
Djibuti	AIGD	2002	70.5	2009	55.4				
Guiné Equatorial	CEEAC	2002	26.1	2010	43.7				
Eritreia	AIGD	2002	56.4	2010	65.1				
Etiópia	AIGD	2002	53.5	2010	17.8	2002	14.0	2010	30.2
Gabão	CEEAC								
Gâmbia	CEEAO	2002	32.7	2010	30.7	2002	14.2	2010	20.1
Gana	CEEAO	2002	37.7	2011	15.8			2010	27.8
Guiné	CEEAO	2002	41.2	2010	23.0				
Guiné-Bissau	CEEAO	2000	48.8	2010	25.0				
Lesoto	CDA	2002	23.6	2010	26.3	2002	26.3	2008	29.0
Libéria	CEEAO							2008	12.3
Madagáscar	CDA					2002	22.9	2008	23.7
Malawi	CDA	2003	1.1	2009	2.5	2001	13.9	2011	18.0
Mali	CEEAO	2002	50.4	2011	32.8	2001	20.7	2010	31.7
Maurícias	CDA	2002	6.6	2010	6.6	2001	13.0	2007	13.3
Moçambique	CDA	2002	43.5	2011	10.2				
Namíbia	CDA	2002	8.3	2009	13.6				
Níger	CEEAO	2002	65.7	2011	37.5	2002	24.0	2010	27.7
Nigéria	CEEAO	2003	34.4	2010	42.4				
Quênia	CAO, AIGD	2002	37.6	2009	16.0	2001	25.8	2010	21.3
RCA	CEEAC			2011	31.1			2010	11.9
RDC	CEEAC, CDA							2010	12.8
R.U da Tanzânia	CAO, CDA	2002	27.0	2008	1.8				
Ruanda	CAO	2002	20.2	2010	1.3			2011	27.0
São Tome e Príncipe	CEEAC	2002	1.7	2010	1.4				
Senegal	CEEAO	2001	38.5	2010	22.0				
Seicheles	CDA								
Serra Leoa	CEEAO							2009	20.3
Somália	AIGD								
Sudão (pré-secessão)	AIGD								
Suazilândia	CDA	2002	27.5	2010	14.4	2003	17.7	2008	27.4
Togo	CEEAO	2002	9.1	2008	5.7	2000	25.4	2009	24.0
Uganda	CAO, AIGD			2010	9.0	2004	23.8	2009	28.5
Zâmbia	CDA	2002	25.9	2010	7.3				
Zimbabué	CDA								
Comissão Económica Regional		<i>(Valores Médios Ponderados)</i>							
AIGD		4*	48.7	4*	16.4	N/A	N/A	N/A	N/A
CAO		4*	31.8	4*	7.6	3*	20.7	3*	25.9
CDA		10*	19.9	10*	6.0	N/A	N/A	9*	19.3
CEEAC		N/A	N/A	6*	11.1	N/A	N/A	6*	16.4
CEEAO		13*	38.2	13*	35.4	N/A	N/A	11*	24.7
ASS			35.1		21.5		N/A		22.4

Fonte: UIS

* Veja nota final.

Títulos dos
Indicadores:

Taxa de Fora-da-Escola – Crianças
em Idade Escolar Primária (%)

Despesas Públicas Actuais na
Educação como Parte do Total (%)

		Contributos para a Qualidade							
		Rácio Aluno -Professor na Primária				Parcela de Professores com Formação			
		Referência		Actual		Referência		Actual	
		Ano	Dados	Ano	Dados	Ano	Dados	Ano	Dados
País	CER								
África do Sul	CDA	2002	33.8	2009	30.7	2002	77.9	2009	87.4
Angola	CEEAC, CDA			2010	45.8				
Benim	CEEAO	2002	53.0	2010	46.4	2003	78.0	2010	42.6
Botsuana	CDA	2002	26.4	2009	25.4	2002	89.1	2009	99.6
Burkina Faso	CEEAO	2002	45.4	2011	48.2	2001	80.4	2011	85.7
Burundi	CAO, CEEAC	2002	49.1	2010	50.6			2009	91.2
Camarões	CEEAC	2002	60.8	2010	45.5	2003	68.1	2010	57.1
Cabo Verde	CEEAO	2002	28.8	2010	23.6	2002	67.2	2010	90.0
Chade	CEEAC	2002	68.0	2010	62.2			2010	70.2
Comores	AIGD	2002	39.2	2008	30.2			2008	57.4
Congo	CEEAC	2002	56.2	2010	49.1	2003	57.1	2010	86.8
Costa do Marfim	CEEAO	2002	43.9	2011	48.8	2001	99.1	2011	100.0
Djibuti	AIGD	2003	34.5	2011	35.2			2011	100.0
Guiné Equatorial	CEEAC	2001	43.4	2010	27.2			2010	45.3
Eritreia	AIGD	2002	44.0	2010	38.0	2002	72.6	2010	93.8
Etiópia	AIGD	2000	67.3	2010	54.1			2010	39.4
Gabão	CEEAC	2002	42.6	2011	24.5				
Gâmbia	CEEAO	2002	38.0	2009	36.6				
Gana	CEEAO	2002	32.1	2011	31.0	2002	64.9	2011	50.6
Guiné	CEEAO	2002	47.2	2010	42.2			2010	65.2
Guiné-Bissau	CEEAO	2000	44.1	2010	51.9	2000	35.1	2010	38.9
Lesoto	CDA	2002	47.0	2010	33.8	2002	72.6	2010	63.4
Libéria	CEEAO	2000	38.3	2008	24.3			2008	40.2
Madagáscar	CDA	2002	47.5	2010	40.1			2010	90.4
Malawi	CDA	0	-	2010	79.3			2010	95.9
Mali	CEEAO	2002	56.4	2011	48.5			2009	50.0
Maurícias	CDA	2002	25.2	2010	21.5	2002	100.0	2010	100.0
Moçambique	CDA	2002	67.2	2011	55.4			2011	80.1
Namíbia	CDA	2001	31.6	2009	30.1	2001	57.8	2009	95.6
Níger	CEEAO	2002	41.3	2011	39.0	2002	69.6	2011	96.4
Nigéria	CEEAO	2002	40.3	2010	36.0	2004	49.2	2010	66.1
Quênia	CAO, AIGD	2002	34.4	2009	46.8	2003	98.7	2009	96.8
RCA	CEEAC			2011	81.3			2011	57.5
RDC	CEEAC, CDA	2002	34.3	2010	37.0			2010	91.7
R.U da Tanzânia	CAO, CDA	2002	53.0	2010	50.8	2002	100.0	2010	94.5
Ruanda	CAO	2002	59.0	2011	58.1	2002	81.2	2011	98.4
São Tome e Príncipe	CEEAC	2002	32.7	2011	29.8			2011	40.5
Senegal	CEEAO	2002	48.9	2010	33.7	2003	55.4	2010	47.9
Seicheles	CDA	2002	13.9	2010	12.5	2002	77.9	2009	99.4
Serra Leoa	CEEAO	2001	37.3	2011	31.3	2001	78.9	2011	48.0
Somália	AIGD	0	-	2007	35.5				
Sudão (pré-secessão)	AIGD								
Suazilândia	CDA	2002	31.1	2010	32.3	2002	90.6	2010	73.1
Togo	CEEAO	2002	35.2	2010	40.6	2002	19.5	2010	76.7
Uganda	CAO, AIGD	2002	52.7	2010	48.6	2002	80.5	2008	89.4
Zâmbia	CDA	2002	55.0	2010	58.0				
Zimbabué	CDA								
Comissão Económica Regional									
	AIGD	5*	46.6	5*	44.5	N/A	N/A	5*	83.9
	CAO	5*	49.6	5*	51.0	5*	N/A	5*	94.1
	CDA	12*	38.8	12*	35.6	12*	N/A	12*	89.3
	CEEAC	8*	48.4	8*	40.7	8*	N/A	8*	67.5
	CEEAO	15*	42.0	15*	38.8	14*	63.4	14*	67.5
ASS			43.4		41.1		N/A		74.8

Fonte: UIS

* Veja nota final.

Títulos dos Indicadores:

Rácio Aluno -Professor na Primária

Parcela de Professores Primários com Formação (%)

	País	CER	Qualidade		Resultados da Aprendizagem					
			Rácio de Livros Escolares		Taxa de Aprovação PASEC				Taxa de Aprovação SACMEQ	
			Apenas Actual	Dados	Leitura		Matemática		Leitura	Matemática
Ano	Dados	Ano	Dados	Ano	Dados	Ano	Dados			
	África do Sul	CDA							51.7	30.8
	Angola	CEEAC, CDA	2010	2.9						
	Benim	CEEAO	2010	1.1	2005	26.4	2005	30.4		
	Botsuana	CDA							75.8	43.6
	Burkina Faso	CEEAO	2011	0.8	2007	38.2	2007	52.7		
	Burundi	CAO, CEEAC	2010	3.7	2010	53.4	2010	66.4		
	Camarões	CEEAC	2010	11.2	2005	71.2	2005	63.5		
	Cabo Verde	CEEAO	2010	1.0						
	Chade	CEEAC	2010	3.2	2010	37.2	2010	42.2		
	Comores	AIGD			2009	24.2	2009	41.8		
	Congo	CEEAC	2010	1.8	2007	37.4	2007	43.6		
	Costa do Marfim	CEEAO	2009	2.0	2009	38.2	2009	25.4		
	Djibuti	AIGD								
	Guiné Equatorial	CEEAC								
	Eritreia	AIGD								
	Etiópia	AIGD	2010	1.5						
	Gabão	CEEAC			2006	84.0	2006	70.4		
	Gâmbia	CEEAO	2010	2.3						
	Gana	CEEAO								
	Guiné	CEEAO	2010	1.0						
	Guiné-Bissau	CEEAO								
	Lesoto	CDA							47.5	18.9
	Libéria	CEEAO								
	Madagáscar	CDA	2010	0.8	2005	36.2	2005	80.7		
	Malawi	CDA							26.7	8.3
	Mali	CEEAO	2011	1.0						
	Maurícias	CDA	2010	0.3					78.8	73.3
	Moçambique	CDA	2011	1.6					56.5	25.8
	Namíbia	CDA							61.3	18.3
	Níger	CEEAO	2011	1.0						
	Nigéria	CEEAO								
	Quénia	CAO, AIGD							80.2	61.7
	RCA	CEEAC	2010	8.0						
	RDC	CEEAC, CDA	2010	1.8	2010	48.0	2010	64.4		
	R.U da Tanzânia	CAO, CDA	2010	2.0					89.9	56.9
	Ruanda	CAO	2010	0.4						
	São Tome e Príncipe	CEEAC	2011	1.1						
	Senegal	CEEAO			2007	45.6	2007	62.0		
	Seicheles	CDA							78.1	57.7
	Serra Leoa	CEEAO								
	Somália	AIGD								
	Sudão (pré-secessão)	AIGD								
	Suazilândia	CDA							93.0	55.7
	Togo	CEEAO	2010	2.4	2010	26.6	2010	42.7		
	Uganda	CAO, AIGD	2010	2.4					54.2	25.1
	Zâmbia	CDA							27.4	8.2
	Zimbabué	CDA							62.8	42.7
	Comissão Económica Regional									
	AIGD		2*	1.9	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	CAO		4*	2.1	N/A	N/A	N/A	N/A	75.7	42.6
	CDA		6*	1.6	N/A	N/A	N/A	N/A	63.7	35.9
	CEEAC		8*	4.2	6*	55.2	6*	58.4	N/A	N/A
	CEEAO		9*	1.4	5*	35.0	5*	42.6	N/A	N/A
	ASS			2.3		43.6		52.8	64.2	36.9

Fonte: UIS, PASEC e SACMEQ.

* Veja nota final.

Títulos dos Indicadores:

Taxa Aluno – Livro Escolar na Primária (Leitura)

Parcela de Alunos que Obtêm a Pontuação Máxima

Parcela de Alunos que Obtêm a Pontuação Mínima

Nota da Tabela

* Para assegurar a comparabilidade histórica dos dados devido ao tamanho relativamente pequeno da amostra, as médias do CER são calculadas com base em todos os países membros com dados, tanto para o ano de referência como para o ano em curso; estes valores indicam o número de países considerados para cada um.

Anexo 3: Recomendação de Luanda



INICIATIVA DE ACELERAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

“O Salto Decisivo”

RECOMENDAÇÃO DE LUANDA

Contexto

No último fórum de Educação em Dakar, Senegal em 2000, os países da África Subsaariana (ASS) unanimamente adotaram o Quadro de Acção de Dakar de Educação para Todos (EPT) e concordaram em atingir os Seis objectivos da EPT até 2015. Desde então os países tem feito progressos segnificativos na area de EPT. Contudo, a menos de 3 anos até 2015, a maioria dos países não conseguirão alcançar as 6 metas da EPT. Os dados disponíveis sobre o estágio actual da EPT claramente indicam que dos 45 países na ASS, pelo menos 32 destes não conseguirão atingir todas as 6 metas da EPT, enquanto 12 têm a possibilidade de alcançá-las caso haja aceleração no avanço.

Por isso, torna-se necessária acções estratégicas para acelerar o progresso da EPT, através de maior mobilização da vontade política e disponibilização de recursos financeiros a todos os níveis nacionais, regionais, e globais. Para a maioria dos países, a aceleração pode significar o aumento das oportunidades para alcançar a maioria e senão todas as seis metas.

Neste âmbito, a Reunião Global de EPT em 2012 (Paris, Novembro de 2012) recomendou aos países que assumissem um compromisso renovado e solicitou um maior empenho na melhoria dos indicadores de EPT dentro dos próximos anos até 2015. O mesmo encontro pediu à UNESCO que continuasse a mobilizar os seus parceiros, liderando o apoio aos países para a aceleração da EPT: “O Salto Decisivo”.

De modo a responder a esse desafio, a UNESCO e seus parceiros lançaram uma iniciativa com vista a apoiar um certo número de países da África Subsaariana na aceleração da EPT no alcance das metas inerentes ao ano de 2015. A implementação da Iniciativa de “Big Push” está baseada na parceria do Comité de Supervisão de EPT para a África Subsariana (ADEA, ANCEFA, CONFEMEN, FAWE, UNESCO, UNICEF e FNUAP) e demais gabinetes da UNESCO.

Lançada em Dakar em Março de 2013, a Iniciativa “O Salto Decisivo” é constituída pelos seguintes países: Angola, Chade, Costa do Marfim, Lesoto, Níger, Senegal, Suazilândia e Zâmbia; que têm desenvolvido os respectivos Quadros Nacionais para Aceleração da EPT.

Volvidos sete meses, a Segunda Reunião Regional tem lugar em Luanda, Angola de 18 à 22 de Outubro de 2013 para monitorar o progresso alcançado pelos países da primeira fase, enquanto se proporciona uma oportunidade de partilha de experiências e formação sobre o desenvolvimento do Quadro de Aceleração para o segundo grupo de países que aderiram a Iniciativa nomeadamente Burquina Fasso, Camarões, Quênia, Libéria, Madagáscar, Ruanda, Togo, Gambia, Uganda, República Democrática do Congo, e São Tomé e Príncipe em vias de adesão. Todos os países com a excepção de Madagáscar, Ruanda, República Democrática do Congo, e Gâmbia participaram na 2ª Reunião Técnica do “O Salto Decisivo”.

A Reunião Regional de Luanda serve também de oportunidade para se discutir sobre o quadro referencial da África Sub-sahariana para as Avaliações Nacionais da EPT em preparação do Fórum Mundial da Educação, a se realizar em Seul, na República da Coreia do Sul em 2015, bem como ajudar a moldar a Agenda para a Educação Pós-2015, e para o lançamento do segundo Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos

A Iniciativa “O Salto Decisivo”: Realizações, Desafios e Oportunidades

Os Ministros, Vice-Ministros da Educação, representantes de 15 países parceiros da EPT reconheceram mais-valia resultante de uma iniciativa focalizada de aceleração como factor impulsionador aos seus actuais planos do sector de educação. Salientou-se que para a elaboração dos Quadros de Aceleração, já existem fortes alicerces nos países em que há: (1) forte vontade política de liderança ao alto nível; (2) apropriação sobre a necessidade de se acelerar as metas de EPT; (3) compromisso de acções; e (4) amplo engajamento de parcerias desde do início.

Contudo, apesar dos avanços na iniciativa até o momento, alguns desafios foram enfatizados, a citar:

1. Fraca reprodução do conhecimento e envolvimento limitado dos actores internos e externos do sector da educação, que resulta na fraca compreensão dos objectivos e modalidades da Iniciativa de Aceleração de EPT.
2. Fraca coerência e continuidade nos mecanismos de coordenação ao nível nacional.
3. Insuficiente atenção na concepção dos Quadros Nacionais de Aceleração, especialmente no respeitante aos componentes de Advocacia, Mobilização de Parceria e Comunicação, com ênfase nas abordagens inovadoras e criativas.
4. Atrasos na finalização do Quadro de Aceleração e mobilização de todos os actores através do exercício de lançamento oficial.
5. Fraca liderança de alto nível no processo de concepção e monitoria do Quadro de Aceleração do “O Salto Decisivo” da EPT nos diversos países.

No entanto, vários países reiteraram a existência de oportunidades a nível nacional que podem ser exploradas:

1. Apropriação a alto nível nos países tem permitido a crescente mobilização dos órgãos do Estado, sector privado, parlamento e organizações da sociedade civil, dentre outros;
2. Reconhecimento acrescido e maior entendimento sobre as metas de EPT, tanto dentro e fora do Sector da Educação;
3. A componente de Mobilização de Recursos do Quadro de Aceleração tem incentivado a redução da dependência do financiamento externo através da mobilização de parceiros não-tradicionais.
4. O engajamento no processo de Concepção da Aceleração da EPT em países tem levado à adopção de modalidades descentralizadas.

Recomendações

Em Reconhecimento das realizações, desafios e oportunidades supracitadas, e atendendo que o alcance da EPT para 2015 se encontra a apenas dois anos de distância, a Reunião de Ministros dos países do “Big Push” submete as seguintes recomendações para a devida apreciação pelos Ministros da Educação Africanos:

1. Aprovar o quadro de aceleração do “O Salto Decisivo” da EPT e proporcionar liderança eficaz para a sua implementação a nível nacional;

2. Estabelecer mecanismos sistemáticos de monitoria e prestação de contas do processo de aceleração da EPT a nível nacional;
3. Aprovar e submeter os relatórios de progresso ao Comité de Supervisão da EPT para África para posterior apresentação ao Comité Global de Supervisão da EPT;
4. Constituir e manter uma liderança para uma abordagem participativa e inclusiva ascendente e descendente vista a parcerias para o desenvolvimento e implementação dos quadros nacionais de aceleração da EPT;
5. Mobilizar recursos nacionais, parceiros tradicionais e não-tradicionais a nível nacional;
6. Contribuir para o processo Continental de desenvolvimento da base de dados de boas práticas de EPT, de modo a impulsionar a cooperação Sul-Sul entre os Países Africanos entre outros.

Reconhecendo que o sucesso da iniciativa do “O Salto Decisivo” para a Aceleração de EPT depende de uma coordenação eficiente e eficaz dos diversos actores a nível nacional, regional e continental, e reconhecendo a situação actual que têm mostrado vários desafios, a Reunião recomenda as seguintes recomendações:

A nível nacional

Os Ministérios de Educação devem:

1. Garantir que a Iniciativa de Aceleração da EPT está sob o mais alto nível de autoridade no país;
2. Garantir que a iniciativa esteja inserida dentro das estruturas de coordenação existentes e/ou mecanismos, com um foco específico sobre a aceleração das metas negligenciadas;
3. Fornecer recursos humanos e financeiros à unidade de coordenação, de modo a realizar a sua missão com sucesso.

A nível Regional:

A UNESCO e os parceiros da EPT através das entidades de coordenação regionais devem:

1. Tomar as medidas necessárias para mobilizar parceiros e fornecer apoio técnico para a realização dos objectivos do “O Salto Decisivo”;
2. Ser operacionais e funcionar em harmonia com as entidades de coordenação nacionais;
3. Ter acesso aos recursos apropriados para realizarem a sua missão;
4. Recolher e resumir regularmente os relatórios nacionais, para partilharem com o comité de coordenação continental.

A nível continental:

O Comité de Supervisão de EPT para a África Subsariana³¹ deve:

1. Coordenar o fluxo eficaz e eficiente da comunicação entre os três níveis de coordenação;
2. Demonstrar o engajamento na mobilização de recursos necessários para realizar plenamente a sua missão.

³¹ ADEA, ANCEFA, CONFEMEN, FAWE, UNESCO, UNICEF e UNFPA

Revisão Nacional da EPT & Agenda da Educação Pós-2015

1. Conduzir os processos de avaliação nacionais da EPT e apresentar os relatórios nacionais em meados de 2014 , em preparação do Fórum Mundial de Educação , em Seul, República da Coreia, em 2015;
2. Garantir que a visão de Educação para Todos continua a ser uma prioridade na agenda pós-2015;

Aprendizagem e Educação de Adultos

1. Reforçar a aprendizagem e educação de adultos , mobilizando recursos, e envolvendo e partilhando as responsabilidades com a sociedade civil e beneficiários;
2. Continuar a priorizar a aprendizagem e educação de adultos nas agendas do Governo e garantir que a alfabetização de adultos, como base para a aprendizagem ao longo da vida, é consistentemente abordada no âmbito da EPT.

Os Ministros, Vice-Ministros da Educação, representantes dos 15 países participantes, e os demais parceiros da EPT expressam sua sincera gratidão ao Governo de Angola pela generosa hospitalidade e, ao mesmo tempo, elogiam o compromisso de alto nível do Governo Angolano para avançar com a Iniciativa de Aceleração do EPT .

Luanda, Angola, 21 de Outubro de 2013

Anexo 4: Situação da EPT na ASS, Prioridades de Aceleração e Visões Pós-2015 ao Nível da CER³²

Região	Situação da EPT	Resultados e Desafios da EPT	Quadro de Aceleração	Agenda da Educação Pós-2015
CAO	<p>Inscrição pré-primária a crescer de forma constante.</p> <p>Redução impressionante das crianças fora-da-escola (de 32% para 8% em relação a 2002-2011), o que torna a EPT uma possibilidade real.</p> <p>Compromisso orçamental comparativamente elevado para a educação: 21%</p> <p>As Taxas mais elevadas de professores qualificados na África Subsaariana,</p> <p>Resultados da aprendizagem: resultados SACMEQ estão acima da média (75,7 na leitura e 42,6% para a matemática contra a média geral de 64,2% e 36,9%, respectivamente).</p> <p>Taxas de alfabetização também comparativamente boas (82% para jovens e 74% para adultos, contra 78% e 67%, respectivamente, para a ASS).</p> <p>Paridade do género em todos os 5 países, nas matrículas na escola primária em 2010,</p> <p>2 Milhões de crianças fora-da-escola no ensino primário.</p>	<p>Mensagem-Chave 1: Não foi possível nenhum avanço sustentável em toda a agenda da EPT sem o envolvimento e o apoio da comunidade.</p> <p>Mensagem-Chave 2: As questões de governação no sector da educação são muitas vezes um grande obstáculo comum ao progresso da EPT</p> <p>Mensagem-Chave 3: O quadro de Dakar funcionou em termos de uma parceria concentrada e sustentada entre os governos africanos e os seus parceiros de desenvolvimento, em relação ao acesso ao ensino primário.</p>	<p>Mensagem-Chave 1: Entre agora e 2015, os esforços para a EPT nos países da CAO devem concentrar-se nos ECPE na Qualidade, envolvendo a cooperação regional e partilha das boas práticas</p>	<p>Mensagem-Chave 1: A prioridade máxima para os esforços de desenvolvimento educacional nacional e regional, a partir de 2015, deve estar relacionada com a oferta de uma educação básica alargada, de boa qualidade e inclusiva a todos, não só no que diz respeito ao acesso, mas também ao êxito na conclusão de um curso prolongado de estudo.</p>

³² Fonte: Relatório da EPT na ASS, de 2012, UNESCO BREDIA

Região	Situação da EPT	Resultados e Desafios da EPT	Quadro de Aceleração	Agenda da Educação Pós-2015
CEEAC	<p>Inscrição pré-primária mais do que duplicou.</p> <p>Progresso considerável na conclusão do ensino primário, até 50% ao longo da década.</p> <p>Sérios desafios em termos de alcançar a EPT: em média, mais de 35% dos alunos não completam o primeiro ciclo,</p> <p>Níveis de paridade de género incluem alguns dos mais baixos do continente.</p> <p>A alfabetização está bastante estagnada, tanto para jovens e adultos, em níveis pouco melhores do que a média na ASS.</p> <p>Os resultados da aprendizagem são acima da média, especialmente em matemática.</p> <p>Nível relativamente baixo de financiamento do sector. (nos 16,4% dos orçamentos recorrentes dos países, em média, contra 22,4% para ASS), e em alguns casos, criticamente baixo (em RCA, Chade e RDC encontra-se abaixo dos 13%).</p> <p>2,5 Milhões de crianças fora-da-escola.</p> <p>As disparidades entre os países na região da CECAO são, no entanto, consideráveis:</p>	<p><u>Mensagem-Chave 1:</u> O quadro de acção de Dakar promoveu fortes parcerias entre os governos nacionais e os parceiros de desenvolvimento, por um lado, e entre os Ministérios da Educação e as comunidades locais, por outro lado, de modo a permitir progressos tangíveis em toda a África Central com relação a todos os seis objectivos de EPT.</p> <p><u>Mensagem-Chave 2:</u> Os progressos no sentido da realização dos objectivos acordados internacionalmente são, em todo o lado, limitados pela falta de recursos técnicos e financeiros, pelo crescimento rápido da população, pela desigualdade social, pela inadequação da coordenação política e das ligações entre a educação e os sectores relacionados e pela gestão deficiente.</p> <p><u>Mensagem-Chave 3:</u> Os países da CEEAC têm, ao longo da última década, adquirido consideráveis conhecimentos e experiência relacionados com a EPT, que criam a base para o diálogo político frutífero e relevante dentro e fora da região.</p>	<p><u>Mensagem-Chave 1:</u> Desenvolver os Cuidados e Educação na 1ª Infância e completar o trabalho inacabado da Educação Primária Universal, são o as principais prioridades da região, caso haja recursos adicionais para cumprir o calendário da EPT de 2015.</p>	<p><u>Mensagem-Chave 5:</u> Agenda pós-2015 para a região deve ser elaborada em torno das questões críticas da Inclusão, Qualidade e (Professores e ambientes de aprendizagem melhorados) e Competências para a empregabilidade.</p>

Região	Situação da EPT	Resultados e Desafios da EPT	Quadro de Aceleração	Agenda da Educação Pós-2015
CEEAO	<p>Progressos consideráveis no sentido de conclusão do ensino primário, que aumentaram de 52 para 67% durante o período 2002-2011, A igualdade de género melhorou consideravelmente o nível primário, encontrando-se agora em linha com a média da ASS (92%). Taxas médias de alfabetização mais baixas (apenas 69% dos jovens e 52% dos adultos, contra 73% e 67% para a ASS, respectivamente), com as raparigas e as mulheres jovens a constituírem a maioria de analfabetos.</p> <p>Nível dos resultados da aprendizagem é baixo.</p> <p>A Maior lacuna a superar para atingir a EPT é a EPU, que permanece fora do alcance para muitos países: mais de 35% das crianças da África Ocidental estão fora-da-escola, mais de 17 milhões no total.</p> <p>Com a excepção de Cabo Verde e do Gana, os relatórios da região da CEEAO reportam também uma baixa retenção na escola primária e baixos níveis de acesso pré-escolar. Excepto para a Libéria, os Estados da CEEAO geralmente dedicam mais do seu orçamento corrente à educação (24,7%) do que a mediana ASS (22,4%).</p>	<p><u>Mensagem-Chave 1:</u> Embora as estatísticas mundiais indiquem avanços em direcção às metas da EPT, em toda a África Ocidental, estas encerram grandes disparidades entre e dentro dos países, devido aos desafios comuns da pobreza, demografia, geografia e tradição, que se manifestam de diversas formas que exigem, portanto, de estratégias e políticas vinculadas ao contexto.</p> <p><u>Mensagem-Chave 2:</u> Daincorporação das escolas religiosas no sistema formal até a exploração de vias não-formais de aprendizagem, das escolas bilingues até a dolorosa experiência de reconstruir um sistema educacional fortemente danificado por conflitos prolongados e violentos, os países da CEEAO adquiririam experiência prática e desenvolveriam boas práticas educativas que têm muito a oferecer a outros países sem EPT em todo o continente.</p> <p><u>Mensagem-Chave 3:</u> O sucesso amplamente atribuído à agenda internacional da EPT na última década (sensibilização, planeamento e acção direccionadas emobilização eficaz de recursos) deve ser considerado em relação aos danos causados pela abordagem única e em relação à dependência externa a que esta ocasionalmente induziu.</p>	<p><u>Mensagem-Chave 1:</u> Tendo em conta os meios para acelerar os esforços da EPT, à medida que 2015 se aproxima a cada vez, a África Ocidental iria optar por dar prioridade à oferta de ensino a todas as crianças e a incluir todas as crianças no ensino, em qualquer contexto e investir nos professores com o factor-chave para a qualidade.</p>	<p><u>Mensagem-Chave 1:</u> Uma educação básica de alta qualidade que inclui todos define a visão da África Ocidental para as suas crianças e jovens para além de 2015.</p>

Região	Situação da EPT	Resultados e Desafios da EPT	Quadro de Aceleração	Agenda da Educação Pós-2015
AIGD	<p>A taxa bruta de matrícula pré-escolar progrediu timidamente para 19%, mantendo-se bem abaixo da média de 28% na ASS.</p> <p>Embora os países membros da AIGD tenham feito progressos consideráveis no sentido da conclusão do ensino primário (de 39% para 51%), o facto de haver quase metade que não completam o ciclo primário continua a constituir uma séria preocupação.</p> <p>Crianças em idade escolar primária fora-da-escola representam 16%. Embora inferior à média de 21,5% da ASS, quase 6 milhões de crianças continuam a estar fora-da-escola.</p> <p>Para a alfabetização dos jovens e adultos, a média da AIGD está em linha com a média da ASS.</p> <p>A paridade do género na escolarização primária é de 93% em comparação com a média de 96% na ASS.</p> <p>A taxa de sobrevivência na primária é menor na AIGD, com uma média de apenas 53% contra a média de 62% na ASS.</p> <p>Embora a RAP tenha sofrido uma queda marginal para 44:1, a parcela de professores qualificados encontra-se acima da média, nos 84%.</p> <p>A inscrição na EFTP (como uma parcela do secundário superior) está em 13,6, em linha com a média da ASS.</p>	<p><u>Mensagem-Chave 1:</u> As populações em rápida expansão, nalguns países, conjugadas com uma importante população nómada e com conservadorismos social e religioso, em alguns países da AIGD, apresentam grandes desafios ao Estado, na oferta de oportunidades educacionais para todos e especialmente, para as raparigas.</p> <p><u>Mensagem-Chave 2:</u> A abolição das propinas no ensino primário é um indicativo de compromisso político para com a educação e investimento sustentado de alto nível no sector e tem um impacto imediato, directo e positivo no número de matrículas em todo o ensino, se for acompanhada por um apoio externo sustentado e fiável, juntamente com fortes parcerias Público-Privadas na educação.</p> <p><u>Mensagem-Chave 3:</u> O quadro da EPT, além dos seus dividendos reconhecidos, revelou três desafios concomitantes: (i) a tensão intra-sectorial decorrente da priorização da educação primária num ambiente extremamente limitado em termos de recursos, (ii) problemas de coordenação decorrentes das implicações inter-ministeriais e inter-sectoriais da EPT, e (iii) criação de parcerias com as comunidades locais, a sociedade civil em geral e parceiros de desenvolvimento externos.</p>	<p><u>Mensagem-Chave 1:</u> Estratégias de aceleração para atingir os objectivos de 2015 devem ser acessíveis e rentáveis, realistas e expansíveis. Caso houvesse recursos adicionais disponíveis, os países da AIGD em geral, optariam por priorizar o desenvolvimento da infraestrutura escolar, a oferta de mais professores qualificados e material didáctico para cumprir o objectivo combinado de educação primária de boa qualidade para todas as crianças.</p>	<p><u>Mensagem-Chave 1:</u> Para além dos objectivos gerais de expandir a educação básica e de qualidade, um pilar da agenda pós-2015 será, necessariamente, a preparação dos jovens para o mundo do trabalho. Uma vez que cada vez mais jovens se matriculam nas escolas, a educação do futuro será instada a desenvolver competências que se traduzam em empregabilidade e preparação empresarial.</p>

Região	Situação da EPT	Resultados e Desafios da EPT	Quadro de Aceleração	Agenda da Educação Pós-2015
CDAA	<p>A matrícula na 1ª infância não é significativa, nos 45% em média, mas está claramente a progredir.</p> <p>Progressos significativos no ensino primário, com 84% das crianças em idade escolar em média a completar o ciclo primário (bem acima da média de 70% da ASS), a educação primária universal mantém-se ao alcance em grande parte da região.</p> <p>A percentagem de 6% das crianças fora-da-escola primária é a mais baixa de todas as sub-regiões africanas e foi reduzida drasticamente.</p> <p>A paridade do género é geralmente elevada, acima dos 97% para 11 países.</p> <p>Os resultados da aprendizagem são fracos (especialmente na matemática), apesar das condições de ensino relativamente boas (o rácio médio alunos-professor baixou para 36:1 e 89% dos professores são qualificados).</p> <p>As taxas de alfabetização, tanto de jovens como de adultos, na CDAA, são geralmente mais elevadas do que noutras regiões, e 10-15% acima da média da ASS.</p> <p>Nesta fase, o ensino secundário provavelmente requer maior atenção, e podia-se reforçar a EFTP a fim de favorecer o desenvolvimento socioeconómico.</p> <p>Com uma taxa de prevalência superior aos 12%, o HIV&SIDA constitui um desafio significativo para a educação na região.</p>	<p><u>Mensagem-Chave 1:</u> A região da CDAA tem progredido em todas as áreas de enquadramento da EPT, mas continua a ser limitada, em geral, por recursos financeiros e técnicos inadequados, bem como pela falta de coordenação política e pela gestão deficiente.</p> <p><u>Mensagem-Chave 2:</u> O envolvimento da comunidade na construção e gestão da escola, por um lado, e o aumento da oferta de serviços de escolaridade pelo sector privado, por outro lado, demonstrou o potencial da mobilização de recursos internos. Além disso, pelo menos parte da falta de conhecimento técnico pode ser abordada através da cooperação regional ou entre países.</p> <p><u>Mensagem-Chave 3:</u> Os objectivos da EPT acordados internacionalmente e o esforço global associado, são creditados por terem ajudado a assegurar a direcção estratégica do planeamento e orçamentação educacional na região. O efeito de sinergia, quando considerado em conjunto com outros ODM, alegadamente resultou em ganhos de desenvolvimento tangíveis. Mais importante ainda, o quadro tem funcionado como ponto de referência para monitorizar o progresso, por exemplo na EPU e alfabetização de adultos.</p>	<p><u>Mensagem-Chave 1:</u> Para o período 2013-2015 os países da África Austral gostariam de priorizar o Acesso Equitativo, a Qualidade (Professores) e os ECPI para os esforços de aceleração da EPT nacionais e regionais.</p>	<p><u>Mensagem-Chave 1:</u> Agenda da educação pós-2015 deve priorizar a qualidade da educação, concentrando-se na melhoria dos resultados da aprendizagem, numa modalidade de educação básica alargada, enquanto se fomenta também o acesso para os grupos marginalizados.</p>

REFERÊNCIAS

ADEA (Association for the Development of Education in Africa). 2012. AU Outlook on Education Reports: *Continental Report, East African Community, Economic Community of Central African States, Economic Community of West African States and South African Development Community*.

African Youth Declaration on Post 2015, November 2012:

<http://www.whiteband.org/sites/default/files/African%20Youth%20Declaration%20on%20Post-2015.pdf>

ANCEFA (African Network Campaign on Education For All). 2012. *Civil Society Advocacy Paper for the Second Decade for Education in Africa (2006-15)*.

Common African Position (CAP) On The Post-2015 Development Agenda, 22nd Ordinary session of the African Union.

COMMONWEALTH Recommendations for the Post-2015 Development Framework for Education, Commonwealth Secretariat, Working Group, 12-13 December 2012, <http://www.worldwewant2015.org/node/295920>.

CONFEMEN Ministerial Declaration on the Post-2015 Education Agenda Priorities, July 2013.

ECOSOC (Economic and Social Council of the United Nations). 2011. *Le Droit à l'Éducation pour Tous en Afrique : Améliorer la Qualité et Renforcer l'Équité - Rapport de Synthèse*. Synthesis report of the Annual Ministerial Review's preparatory meeting for Africa. Lomé, April 12, 2011. (In French).

EFA Global Monitoring Report, 2011.

HLG (High Level Group). 2011. *L'éducation pour tous en Afrique subsaharienne en 2010*. Report for the meeting of the High Level Group. Jomtien, March 22-24, 2011. UNESCO-BREDA. (In French).

PASEC. *Synthèse des résultats PASEC VII-VIII-IX*. (In French).

SACMEQ. 2010. *SACMEQ III Project Results*.

ASSEFA 2012 Report.

UIS (UNESCO Institute of Statistics). 2012. *Reaching Out-of-School Children is Crucial for Development*. UIS Fact Sheet No.18. June.

UIS (UNESCO Institute of Statistics). Online database. Accessed in October 2012.

UNAIDS 2013 Global Report.

UNDP (United Nations Development Programme). 2012. *Towards a Food Secure Future*. Africa Human Development Report Series.

UNDP Human Development Report 2013:

http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/14/hdr2013_en_complete.pdf.

UNESCO/BREDA (United Nations Educational, Cultural and Scientific Organization's regional office for education in Africa). 2012. EFA Profiles of 44 African countries and EAC, CEEAC, ECOWAS and SADC regional economic commissions.

UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). 2012 *Regional Operations Profile – Africa*: <http://www.unhcr.org/pages/4a02d7fd6.html>.